



PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

A EXPERIÊNCIA DO ENSINO DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

EQUIPE INESC

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Júlia Alves Marinho Rodrigues
Márcia Anita Sprandel
Pedro de Carvalho Pontual
Roseli Faria

Conselho Fiscal

Iliana Alves Canoff
Lucas de Alencar Oliveira
Mario Lisbôa Theodoro

Colegiado de Gestão

Iara Pietricovsky de Oliveira
José Antonio Moroni

Coordenadora da Assessoria Política

Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Adriana Silva Alves
Marcela Coelho M. Esteves

Equipe de Comunicação

Ana Carolina Soares
Lívia Alcântara
Sílvia Alvarez
Thaís Vivas

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zigoni
Cleo Manhas
Gabriela Nemopuceno
Leila Saraiva Pantoja
Livi Gerbase
Márcia Acioli
Tatiana Oliveira

Assessoria Técnica

Dyarley Viana de Oliveira
Thallita de Oliveira

Educador Social

Marcus Silva

Contadora

Rosa Diná Gomes Ferreira

Assistente de Contabilidade

Ricardo Santana da Silva

Técnico de Informática

Cristóvão Frinhani

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eugênia Christina Alves Ferreira
Isabela Mara dos Santos da Silva
Josemar Vieira dos Santos

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiários/as

Cássia Cristina Pinheiro Lopes
Icaro Sousa Abreu
Victor Queiroz

APOIO INSTITUCIONAL

BIC – Bank Information Center
Charles Stewart Mott Foundation
CLUA – Climate and Land Use Alliance
Fastenopfer
Fundação Avina
Fundação Ford
Fundação Heinrich Böll
Fundar
IBP – Center on Budget and Policy
Priorities
ICS – Instituto Clima e sociedade
KNH – Kindernothilfe
Malala Fund
Misereor
OSF – Open Society Foundations
ONU Mulheres
Oxfam Brasil
Pepsico do Brasil
PPM – Pão para o Mundo
Rainforest Foundation Norway
SAGE- New Venture Fund

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura – Edifício Márcia. CEP: 70. 3037-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200 | E-mail: inesc@inesc.org.br | Página Eletrônica: www.inesc.org.br

INESC

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), criado em 1979, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária, com finalidade pública. A ação do Inesc orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções, utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania.

A fim de ampliar o impacto de suas ações, atua em parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais. Tem uma agenda multitemática e articulada às demandas históricas de sujeitos de direitos e à luta social por garantia de direitos aos povos indígenas, quilombolas e camponeses, entre crianças, adolescentes e juventudes. O Inesc está inserido em debates relacionados ao direito à cidade, ao meio ambiente e à terra, entre outros.

Elaboração – Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc)

Cleo Manhas – Assessora Política

Nathalie Beghin – Coordenadora da Assessoria Política

Realização da pesquisa de opinião

Vox Populi (<https://www.voxpopuli.com.br>)

Revisão gramatical

Paulo Henrique de Castro

A realização da pesquisa de opinião pública e desta publicação contou com o apoio do Fundo Malala.

É permitida a reprodução total ou parcial do presente texto, de forma gratuita, desde que sejam citados os autores e a instituição que apoiou o estudo e que se inclua a referência ao artigo ou ao texto original.

Brasília (DF), 2021



SUMÁRIO

Lista de siglas	6
Prefácio	7
1. Introdução	8
2. Entendendo quem são os e as estudantes de ensino médio das redes pública e privada	10
2.1 O perfil dos estudantes do ensino médio da rede pública segue o perfil da população brasileira: majoritariamente formada por meninas, localizadas nas Regiões Sudeste e Nordeste, nas cidades	10
2.2 Maior presença de estudantes negros: o percentual é proporcionalmente maior do que o observado na população brasileira	12
2.3 A maioria das famílias de estudantes da rede pública encontra-se entre os menores extratos de renda	13
2.4 Trabalhar é necessário para um grupo não negligenciável de estudantes	14
2.5 A necessidade de trabalhar é uma das principais causas do abandono escolar entre estudantes da rede pública	15
3. O impacto da pandemia da Covid-19: aprofundamento das desigualdades históricas	16
3.1 Ensino remoto considerado mediano: boa parte dos jovens declara que estudou menos tempo, remotamente, em comparação com o ensino presencial	16
3.2 Condições precárias para o estudo remoto	20
3.3 A dúvida em relação à volta às aulas	38
3.4 A ansiedade provocada pelo contexto	41
3.5 Estudantes que tiveram de assumir atividades domésticas e/ou trabalhar fora	43
3.6 A falta da alimentação escolar tem contribuído para aumentar a insegurança alimentar e nutricional no Brasil	45

4. A situação das meninas: a dupla exclusão das estudantes negras	46
4.1 A maior concentração ocorre nas Regiões Sudeste e Nordeste	47
4.2 Um grupo da população empobrecido	48
4.3 Um universo majoritariamente urbano e negro	49
4.4 É expressivo o número de meninas que abandonou a escola pública	50
4.5 A maioria das meninas teve acesso ao ensino remoto	51
4.6 O número de horas de estudo é menor	52
4.7 Faltam equipamentos adequados	53
4.8 As condições de estudo em casa não são as ideais	55
4.9 O apoio da escola foi insuficiente	57
4.10 A dificuldade de lidar com as emoções	63
4.11 A necessidade de trabalhar para ajudar a família	64
4.12 A ausência de atividades complementares	65
4.13 A falta da alimentação escolar	66
4.14 O medo de pegar Covid-19 na volta às aulas presenciais	67
5. Conclusões	69
Anexo metodológico	73



LISTA DE SIGLAS

BIC – Bank Information Center

CLUA – Climate and Land Use Alliance

Covid-19 – coronavirus disease 2019

EC 59 – Emenda Constitucional nº 59

EM – ensino médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBP – International Budget Partnership

ICS – Instituto Clima e Sociedade

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos

KNH – Kindernothilfe

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OSF – Open Society Foundations

PNE – Plano Nacional de Educação

PPM – Pão para o Mundo

SM – salário mínimo

TI – Tecnologia da Informação

PREFÁCIO

O Inesc, com o apoio do Fundo Malala, está desenvolvendo um projeto que prevê o levantamento orçamentário dos estados e da União com relação ao ensino médio, com especial atenção à educação de meninas, em tempos de pandemia da Covid-19. Para tanto, celebramos parceria com o Instituto Vox Populi, para realizar uma pesquisa de opinião pública com adolescentes e jovens, entre 15 e 19 anos, de todas as regiões do País, que vivenciaram a experiência da escola em tempos de isolamento social imposto por conta das medidas sanitárias.

Várias questões foram consideradas, tais como: renda familiar, raça, gênero, região e zona de moradia, além dos pontos relevantes para entendermos o momento pandêmico, como equipamentos disponíveis, *internet*, necessidade de dividir estudo com trabalho doméstico ou externo, qualidade do ensino remoto (em comparação ao presencial), segurança, entre outros.

Desta forma, o relatório trará a experiência de adolescentes das redes pública e privada com o ensino remoto durante a pandemia. Podemos dizer que tal pesquisa demonstrou a imprescindibilidade do ensino presencial, uma vez que permite uma melhor compreensão dos conteúdos, da proximidade entre educadores e educandos, bem como da interação entre educandos, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem. Contudo, considerando-se a gravidade da pandemia e a necessidade de isolamento social, o ensino remoto foi a solução encontrada para não paralisar processos e nem provocar maiores prejuízos à formação, ou seja, um remédio amargo, porém necessário. É essencial lembrar que o acesso ao ensino remoto refletiu as desigualdades presentes na nossa sociedade: falta de acesso à *internet*, ambiente pouco adequado em casa, aparelho de celular com pouca capacidade para baixar aplicativos, ausência de computador, entre outras dificuldades.

Assim, convidamos a todas e todos que nos acompanhem na reflexão que os dados da pesquisa suscitam. São informações inéditas que, esperamos, possam alimentar as lutas por uma educação pública e gratuita, justa e inclusiva.

Iara Pietricovsky e José Antônio Moroni

Colegiado de Gestão do Inesc

1. INTRODUÇÃO

A educação pública no Brasil, a partir da Constituição de 1988, passou a ser considerada um direito, inscrito no artigo sexto. As constituições anteriores referiam-se ao direito à escolarização; no entanto, a educação universal, pública e gratuita só se transformou em lei a partir de 1988. Então, passou a ser dever do Estado oferecer educação pública para todas as pessoas em idade de escolarização, mesmo com a existência de escolas privadas.

O estabelecimento da educação como direito veio acompanhado da ampliação do conceito de escolarização, que se tornou obrigatória e foi expandida com a educação infantil, que parou de transitar entre a assistência social e a educação e foi finalmente incorporada à política de educação. Processo semelhante ocorreu com o ensino médio, que foi paulatinamente agrupado ao conceito de educação básica. Conceito esse que passou a ser considerado na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. É preciso dizer que o ensino médio só passou a ser agregado definitivamente como etapa obrigatória em 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 (EC 59), que incorporou a pré-escola e o ensino médio, ampliando a faixa etária para a qual se destina a escolarização obrigatória (de 4 a 17 anos).

O atraso em estabelecer a obrigatoriedade da oferta de ensino médio contribuiu para que esta etapa de ensino apresente os piores rendimentos em avaliações de larga escala. A meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE), em seu objetivo 3, diz que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ensino médio deveria chegar a 5 em 2017 (até a última avaliação, em 2019, a nota era 4.2). Considerando-se apenas as escolas públicas, a nota cai para 3.8, ou seja, bem distante da nota 5, que deveria ter sido alcançada há quatro anos.

A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças na área de educação. Com as medidas de isolamento social, as escolas tiveram que fechar suas portas, mantendo assim os alunos distantes das salas de aula.

Instituições de ensino, professores e alunos tiveram que entrar rapidamente em um processo de adaptação e buscar meios para dar continuidade ao processo de aprendizagem. A alternativa foi recorrer ao ensino por meio remoto. As redes públicas de educação, que já sofriam com as escolas públicas sucateadas e a redução de recursos, tiveram de se adaptar repentinamente em todos os lugares, de norte a sul, do contexto urbano ao meio rural, prejudicando aqueles e aquelas que estudam nas escolas periféricas, rurais, em comunidades tradicionais.

Com o intuito de melhor dimensionar o impacto da pandemia sobre os alunos da rede pública, especialmente no ensino médio – que é a etapa da educação básica com piores desempenhos e maiores problemas –, o Inesc, em parceria com o Instituto Vox Populi, foi a campo escutá-los.

Assim, no mês de julho de 2021, foi realizada uma pesquisa de opinião pública numa amostra de 2003 estudantes, com idades entre 15 e 19 anos, que: (a) estavam cursando o ensino médio; (b) haviam abandonado ou parado de estudar em 2020; e (c) haviam finalizado o 3º ano em 2020.

A amostra, representativa do universo de estudantes do ensino médio do Brasil, é proporcionalmente distribuída nas cinco regiões do País e entre alunos da rede pública (1.485 casos) e alunos da rede privada (518 casos). O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2,5 pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados na amostra da rede pública, e 4,3 pontos percentuais para a amostra da rede privada.

Os principais resultados da pesquisa serão apresentados ao longo desta publicação. Para além de um retrato bastante detalhado do impacto da pandemia sobre os adolescentes da rede pública de ensino, a pesquisa permite avaliar o que aconteceu com as meninas, grupo populacional historicamente marginalizado, em decorrência da cultura machista e patriarcal, que promove a discriminação de gênero, acrescida por ideias e ações fundamentalistas, apresentadas por seguidores da “Escola Sem Partido”,¹ que defendem, entre outras coisas, que a escola não deve ter estudos sobre gênero, os quais denominam “ideologia de gênero”, e se movem espalhando mentiras e medo em famílias e professores desavisados.

Assim, a seguir, apresentamos um retrato do que aconteceu com os e as estudantes de 15 a 19 anos, alunos e alunas do ensino médio, da rede pública, durante a pandemia, entre os anos de 2020 e 2021. No próximo tópico, analisa-se o perfil desses estudantes: quantos são, quem são e onde estão. Na terceira sessão, abordamos as condições de estudo remoto: os equipamentos utilizados, as formas de acessar os conteúdos, o número de horas de estudo, o apoio da escola, entre outras questões. O quarto item trata das consequências da pandemia nos mecanismos de aprendizagem: as emoções, a necessidade de trabalhar, a falta de atividades extraescolares, a concessão irregular da alimentação escolar etc. A sessão seguinte aborda o medo de voltar às aulas presenciais por conta do temor de se contaminar com a Covid-19. Por fim, no último item, nas considerações finais, listamos os principais achados da pesquisa e apresentamos algumas recomendações.

¹ O movimento Escola Sem Partido nasceu em 2003, a partir de uma iniciativa do procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib. Durante anos, suas propostas não encontraram eco, até que, em 2014, um encontro com a família Bolsonaro mudou essa realidade. Vários projetos foram apresentados no Congresso Nacional e em Assembleias Legislativas e não foram aprovados; no entanto, em muitos lugares, a cultura entrou pela porta das escolas.

2. ENTENDENDO QUEM SÃO OS E AS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO DAS REDES PÚBLICA E PRIVADA

2.1 O perfil dos estudantes do ensino médio da rede pública segue o perfil da população brasileira: majoritariamente formada por meninas, localizadas nas Regiões Sudeste e Nordeste, nas cidades

Os 6,6 milhões de estudantes do ensino médio da rede pública, em 2021, se distribuem entre meninos e meninas, de 15 a 19 anos, de acordo com o gráfico 1. São 49,9% de meninos e 50,1% de meninas, com maior concentração nas duas regiões mais populosas: Sudeste e Nordeste. No entanto, quando se olha para o número de meninas que não estudam, embora a Região Sudeste seja a mais populosa, as desigualdades regionais operam, pois o Nordeste tem maior número de adolescentes que não estão na escola (45,9%), enquanto no Sudeste são 36,1% (ver gráfico 1).

Gráfico 1. Total de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estudam ou estudaram no ensino médio de escolas da rede pública por sexo e região (Brasil, 2020)

Número de matrículas no ensino médio regular na rede pública (Brasil, 2020) (*)								
6.624.804								
Masculino				Feminino				
49,9%		3.305.710		50,1%		3.319.094		
Estudam				Não estudam				
95,1%		3.145.109		4,9%		160.601		
Estudam				Não estudam				
91,8%		3.046.964		8,2%		272.130		
Centro-Oeste	7,1%	223.057	13,9%	22.306	7,2%	218.596	3,3%	8.922
Nordeste	29,1%	914.535	36,1%	57.995	29,1%	887.768	45,9%	124.912
Norte	10,2%	321.203	11,1%	17.845	8,9%	272.130	14,8%	40.150
Sudeste	39,3%	1.235.738	38,9%	62.456	41,6%	1.266.966	36,1%	98.145
Sul	14,3%	450.576	0,0%	0	13,2%	401.503	0,0%	0
<i>Base</i>	<i>705 casos</i>			<i>36 casos</i>			<i>683 casos</i>	
							<i>61 casos</i>	

(*) Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2020.

Notas: percentuais extraídos da Pesquisa Inesc 2021, realizada pela Vox Populi.

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

2.2 Maior presença de estudantes negros: o percentual é proporcionalmente maior do que o observado na população brasileira

A distribuição por raça/cor também segue o perfil populacional brasileiro, tendo um maior número de pessoas pretas e pardas (negras) do que de brancas, tanto entre os meninos quanto entre as meninas (ver gráfico 2).

Contudo, os dados revelam uma presença elevada de adolescentes pretos entre os que não estudam: 16,7% para os meninos e 19,7% entre as meninas. Esses percentuais são mais do que o dobro do observado na população brasileira, na qual a proporção de pretos é de pouco mais de 7%. Vê-se como os mecanismos de discriminação racial operam, excluindo proporcionalmente mais os negros do acesso ao ensino.

Gráfico 2. Total de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estudam ou estudaram no ensino médio de escolas da rede pública por raça/cor (Brasil, 2020)

Número de matrículas no ensino médio regular na rede pública (Brasil, 2020) (*)								
6.624.804								
Masculino				Feminino				
49,9%		3.305.710		50,1%		3.319.094		
Estudam				Não estudam				
95,1%		3.145.109		4,9%		160.601		
Estudam				Não estudam				
91,8%		3.046.964		8,2%		272.130		
Branca	31,6%	994.836	30,6%	49.073	36,5%	1.110.826	18,0%	49.073
Preta	21,3%	669.172	16,7%	26.767	18,2%	553.182	19,7%	53.534
Parda	41,6%	1.307.116	44,4%	71.378	39,8%	1.213.432	59,0%	160.601
Outras	5,5%	173.985	8,3%	13.383	5,6%	169.524	3,3%	8.922
<i>Base</i>	705 casos		36 casos		683 casos		61 casos	

(*) Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica 2020.

Notas: percentuais extraídos da Pesquisa INESC 2021, realizada pela Vox Populi.

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

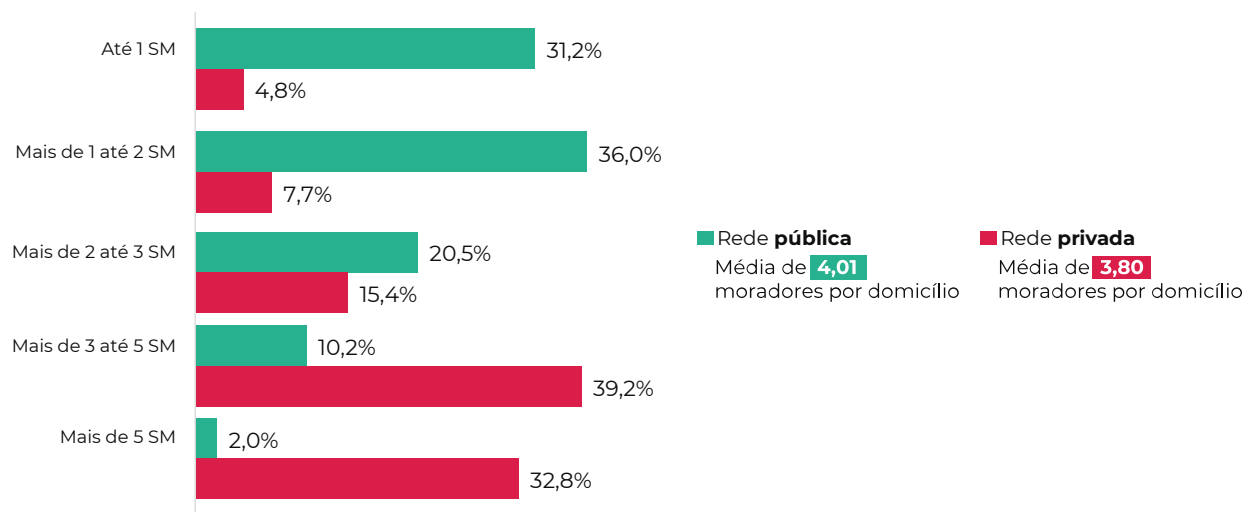
Uma questão bastante relevante é o número de meninas que não estudam: quase o dobro do número de meninos. E mais: 80% dessas meninas são negras, o que revela o duplo mecanismo de exclusão, de gênero e raça, simultaneamente. Em termos absolutos, elas são 272 mil meninas, que estão fora do sistema de ensino, sendo que cerca da metade delas concluiu o terceiro ano em 2020 (ver mais adiante o gráfico 5).

2.3 A maioria das famílias de estudantes da rede pública encontra-se entre os menores extratos de renda

Pode-se observar no gráfico 3 que a pirâmide de renda é invertida para escolas públicas e privadas. Enquanto a maior parte das famílias cujos adolescentes frequentam escola pública possui renda entre 0 e 2 salários mínimos, as famílias dos adolescentes das escolas privadas situam-se entre 3 e 5 salários mínimos e acima de 5 salários mínimos.

Percebe-se que a média de moradores por residência é maior entre estudantes de escola pública, o que também está de acordo com a realidade nacional, visto que as casas das famílias de baixa renda, em geral, têm um maior número de moradores em menos metros quadrados.

Gráfico 3. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio das redes pública e privada por renda familiar e média de moradores por domicílio (Brasil, 2020 e 2021)



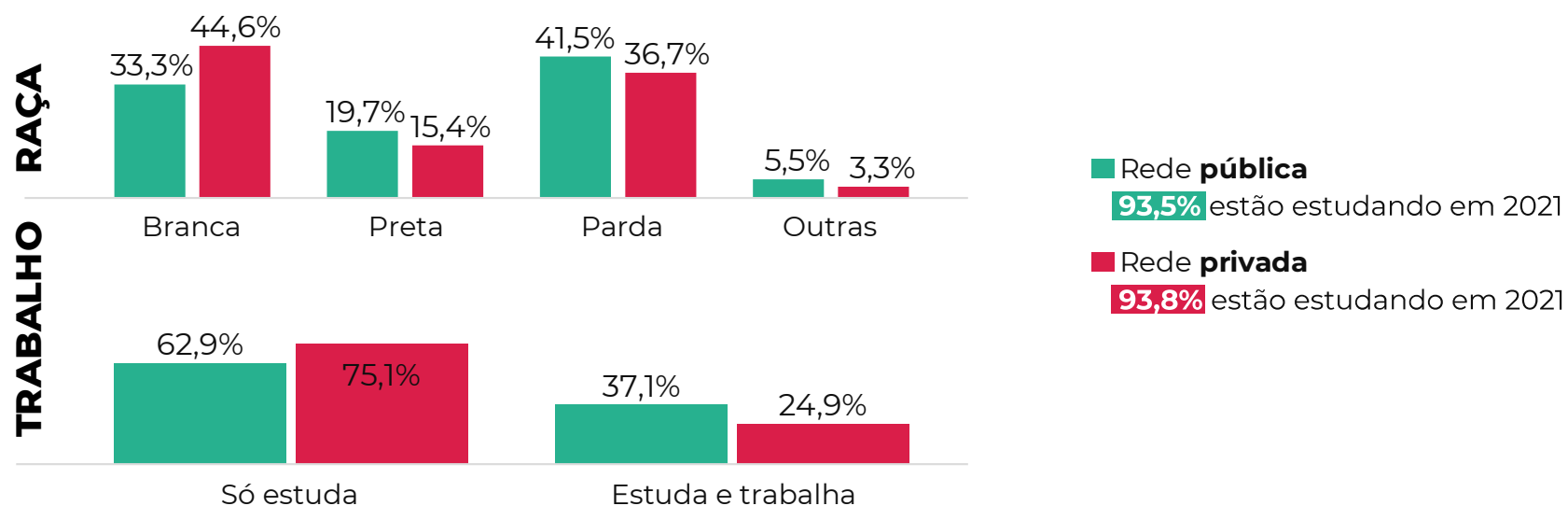
Legenda: SM – salário mínimo.
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

2.4 Trabalhar é necessário para um grupo não negligenciável de estudantes

Na rede pública de ensino, verifica-se maior número de pessoas negras, pretas (19,7%) e pardas (41,5%), que são 61,2% do total, enquanto na rede privada esse número é 52,1% (ou 9 pontos percentuais a menos). Observando-se as pessoas brancas, a diferença é maior para a escola privada, que é de 11,3 pontos percentuais. Ou seja, a oferta de educação pública e privada tem a ver com o retrato do Brasil, considerando-se que estudantes de escolas públicas são, em sua maioria, negros e de famílias de baixa renda (ver gráfico 4).

O número de estudantes de ensino médio que estudam e trabalham é considerável nas duas redes; contudo, na rede pública, é mais expressivo (37,1%) do que na rede privada (24,9%). Além disso, como a rede pública é muito mais numerosa, em termos absolutos, são cerca de 2,4 milhões de estudantes da rede pública que estudam e trabalham e 241 mil da rede privada.

Gráfico 4. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio das redes pública e privada, por raça/cor, e que estudam ou estudam e trabalham (Brasil, 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

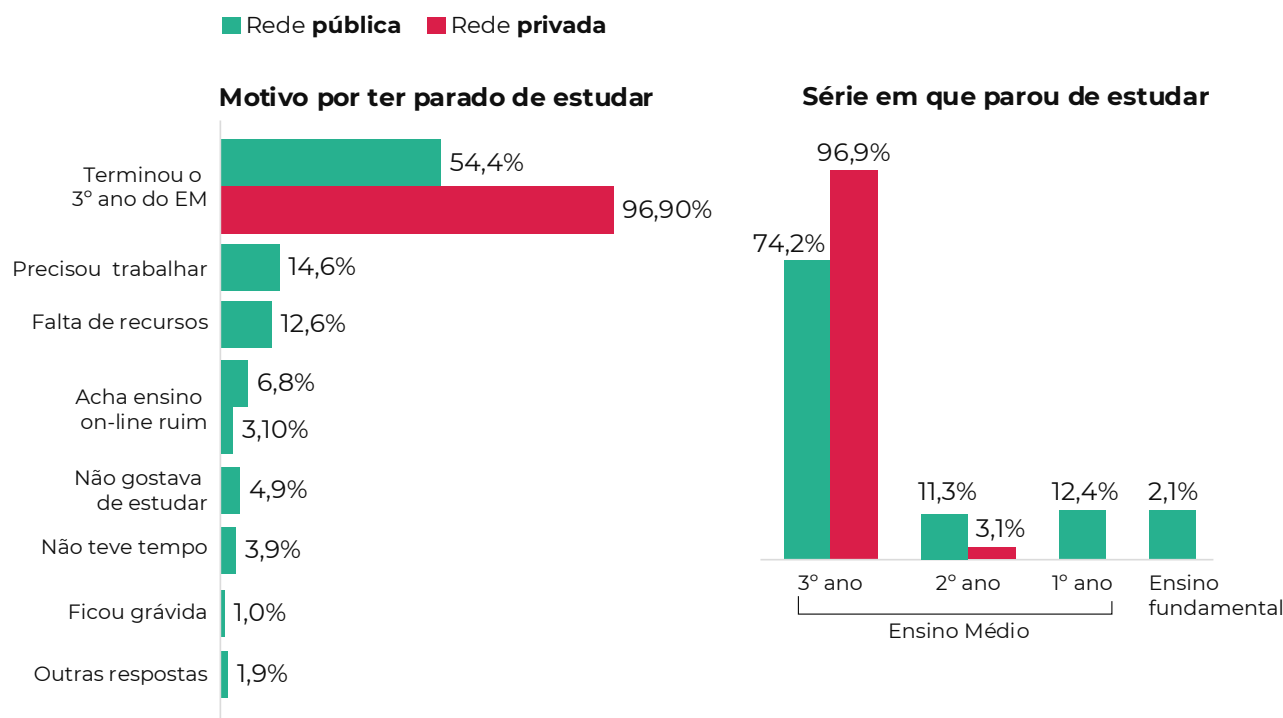
2.5 A necessidade de trabalhar é uma das principais causas do abandono escolar entre estudantes da rede pública

Os dados mostram que cerca da metade dos estudantes da rede pública concluiu o terceiro ano em 2020. Na rede privada, esse valor é de 96,9%, o que evidencia as enormes desigualdades entre as redes (ver gráfico 5).

E mesmo com relação à motivação para o abandono dos estudos, há diferenças significativas entre as redes pública e privada. Por exemplo, aqueles/as que abandonaram por falta de recursos ou necessidade de trabalhar aparecem na rede pública e não aparecem na rede privada.

Os fatores que mais influenciaram o abandono dos estudantes da rede pública são necessidade de trabalho (14,6%) e falta de recursos (12,9%), que tanto podem ser recursos para a educação à distância quanto recursos básicos para a sobrevivência.

Gráfico 5. Razões apresentadas pelos estudantes de 15 a 19 anos do ensino médio das redes pública e privada de ensino para não estarem estudando (Brasil, 2020)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3. O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19: APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES HISTÓRICAS

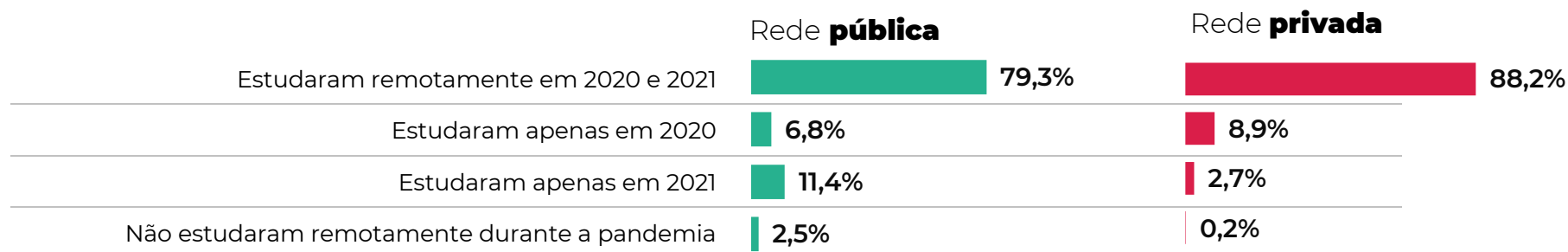
Convive-se no Brasil com desigualdades profundas, raciais, regionais, de gênero, de renda. E a realidade não é diferente com relação aos e às estudantes do ensino médio. Contudo, é perceptível que a pandemia foi fator de agravamento dessas desigualdades, até mesmo pela forma como foram conduzidas as políticas nesse período. A educação, apesar de essencial, não teve atenção especial dos governos em âmbito nacional e regional; ao contrário, muitas vezes foi negligenciada. E os números refletem essa realidade.

3.1 Ensino remoto considerado mediano: boa parte dos jovens declara que estudou menos tempo, remotamente, em comparação com o ensino presencial

O conjunto das informações trazidas pela pesquisa demonstra que, apesar de necessário, o ensino remoto foi controverso e deixará enormes lacunas, que só serão perceptíveis agora, com o retorno do ensino presencial. E os prejuízos só poderão ser mensurados a médio prazo. Entretanto, o acompanhamento por parte da sociedade será fundamental, tendo-se em vista que a política atual dá pouca importância à educação, o que ficou bastante nítido no decorrer da pandemia.

Como demonstrado no gráfico 6, estudaram remotamente estudantes da rede pública em um quantitativo de aproximadamente 10 pontos percentuais a menos (79,3%), em comparação com a rede privada (88,2%), durante os dois anos nos quais o Brasil segue em pandemia. Os 20,7% que não estudaram um ou outro ano ou nenhum deles, relativos à rede pública, equivalem, em termos absolutos, a 1,3 milhão de estudantes. Há uma variação na quantidade de pessoas que responderam que estavam fora da escola ou não receberam ensino remoto talvez por causa da dificuldade em assumir que não conseguiram acompanhar o que foi proposto por não terem o devido apoio; no entanto, é nítido que a situação é bastante grave.

Gráfico 6. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio por meio remoto nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A tabela 1 revela que a situação da zona rural é mais grave do que a da zona urbana, onde mais estudantes da rede pública ficaram sem acesso aos estudos em algum momento. Juntando os que estudaram apenas um ano ou não estudaram nos dois anos, tem-se 26,8% do total de estudantes como moradores da zona rural.

Tabela 1. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por meio remoto nas zonas urbana e rural (Brasil: 2020 e 2021)

	Rede pública	Regiões					Zonas residenciais	
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbanas	Rurais
Estudaram remotamente em 2020 e 2021	79,3%	85,8%	73,7%	68,5%	84,8%	80,1%	80,5%	73,2%
Estudaram apenas em 2020	6,8%	5,7%	7,4%	9,6%	5,5%	7,9%	7,1%	5,0%
Estudaram apenas em 2021	11,4%	5,7%	15,7%	20,5%	7,4%	9,9%	10,2%	17,6%
Não estudaram remotamente durante a pandemia	2,5%	2,8%	3,1%	1,4%	2,3%	2,1%	2,2%	4,2%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Não há diferenças significativas por sexo em relação ao acesso ao ensino remoto. No entanto, no quesito raça, as pessoas pretas e pardas tiveram menos acesso do que as brancas. Os que não estudaram ao menos um dos anos ou os dois somam 26,3% entre negros e 16,5% entre brancos, uma diferença de 10 pontos percentuais (ver tabela 2).

Tabela 2. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por meio remoto por sexo e raça/cor (Brasil, 2020 e 2021)

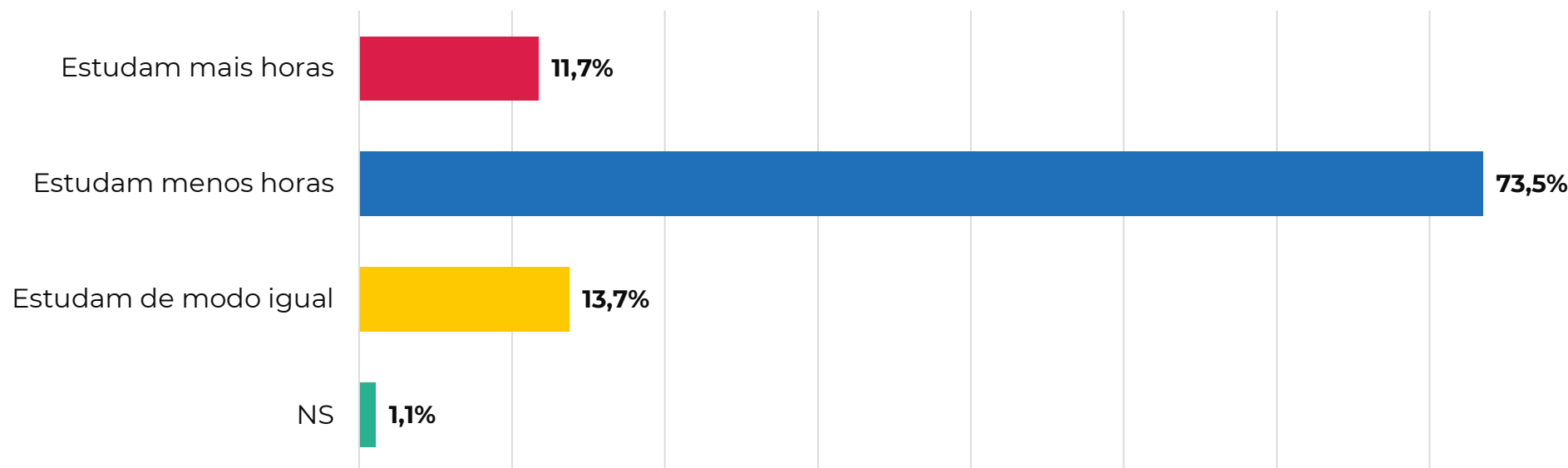
	Rede pública	Regiões					Zonas residenciais	
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbanas	Rurais
Estudaram remotamente em 2020 e 2021	79,3%	85,8%	73,7%	68,5%	84,8%	80,1%	80,5%	73,2%
Estudaram apenas em 2020	6,8%	5,7%	7,4%	9,6%	5,5%	7,9%	7,1%	5,0%
Estudaram apenas em 2021	11,4%	5,7%	15,7%	20,5%	7,4%	9,9%	10,2%	17,6%
Não estudaram remotamente durante a pandemia	2,5%	2,8%	3,1%	1,4%	2,3%	2,1%	2,2%	4,2%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3.2 Condições precárias para o estudo remoto

O quantitativo de estudantes da rede pública que entende ter estudado menos horas na modalidade remota é significativa: 73,5% (ver gráfico 7).

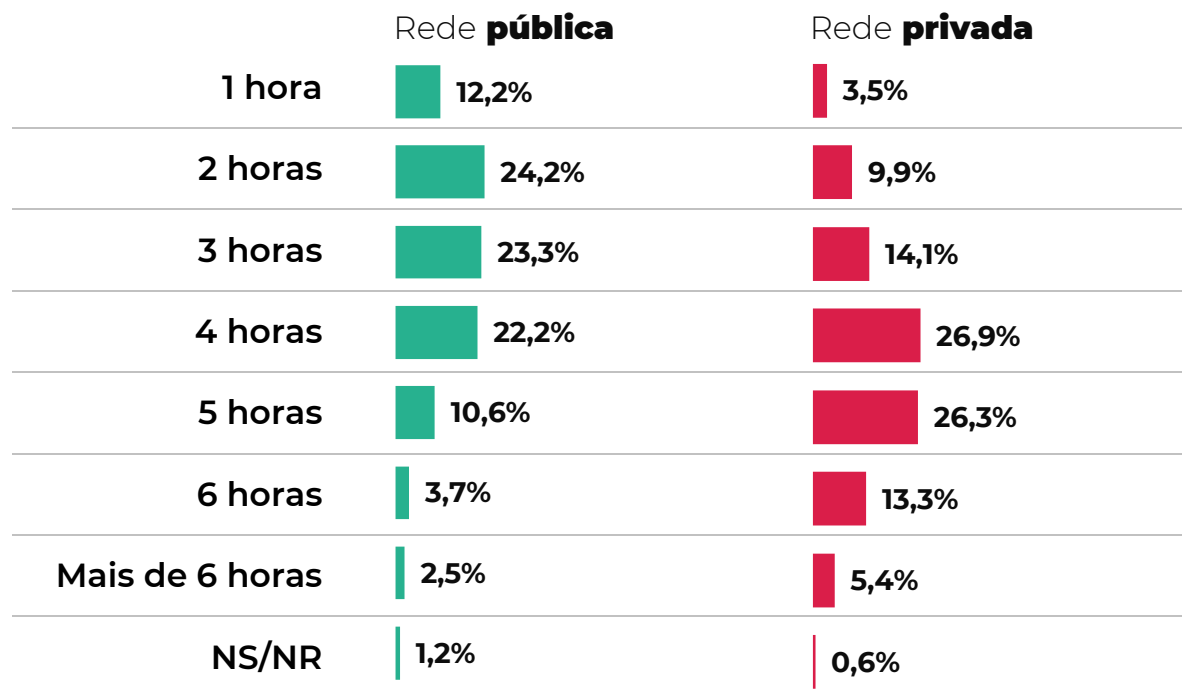
Gráfico 7. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública em relação às horas estudadas no ensino remoto em comparação com o ensino presencial (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A desigualdade de acesso ao ensino médio entre as redes privada e pública fica evidente quando se analisa o número médio de horas por dia de estudo: na rede pública, o número é de 3,18 horas, enquanto na rede privada é de 4,28 horas, o que corresponde a uma diferença de 35%. Tal resultado corrobora a sensação dos alunos (ver gráfico 8).

Gráfico 8. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio em relação às horas estudadas no ensino remoto, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Em média, os estudantes da rede privada tiveram uma hora a mais de estudos em comparação aos da rede pública. Somando-se os 200 dias letivos, pode-se inferir que a rede pública teve 200 horas a menos de aula ao longo de 2020 e seguiu assim no primeiro semestre de 2021.

Durante a pandemia, os estudantes da rede pública, em geral, utilizaram celulares para o ensino remoto, visto que 60,3% afirmam não ter computador ou *laptop*. Em contrapartida, 54,1% dos estudantes da rede privada possuem computador ou *laptop* exclusivos. Com relação à impressora, 14,5% de estudantes da rede pública dizem ter o equipamento; na rede privada, são 52,3% (ver tabela 3).

Tabela 3. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio por tipo de equipamento utilizado durante o estudo remoto, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)

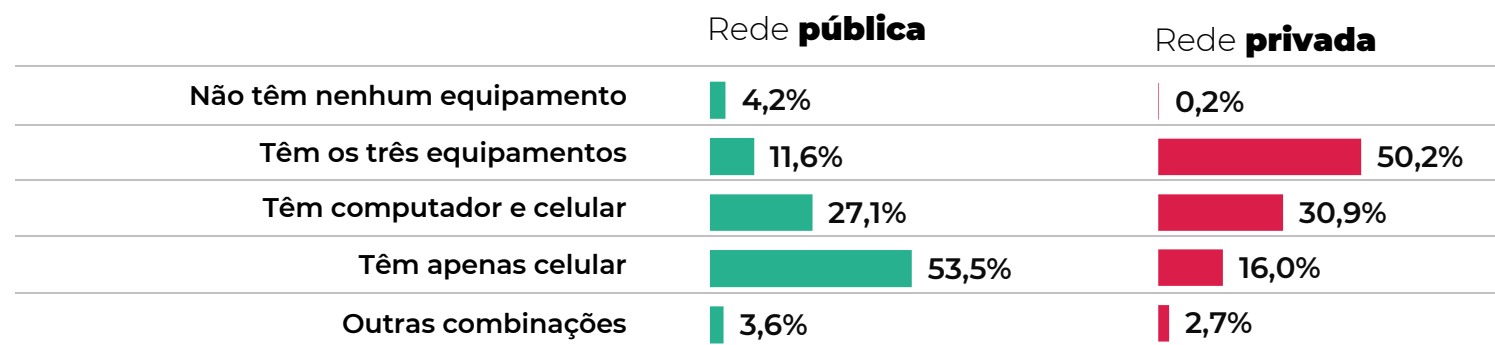
		Rede pública	Rede privada
Computador ou <i>laptop</i>	Uso exclusivo	21,5%	54,1%
	Uso compartilhado, mas não dificulta o estudo	14,3%	20,8%
	Uso compartilhado e dificulta o estudo	4,0%	7,5%
	Não têm equipamento	60,3%	17,6%
Celular ou <i>tablet</i>	Uso exclusivo	83,9%	92,3%
	Uso compartilhado, mas não dificulta o estudo	3,6%	2,1%
	Uso compartilhado e dificulta o estudo	6,9%	3,9%
	Não têm equipamento	5,5%	1,7%
Impressora e material para impressão (papel, cartucho)	Têm	14,5%	52,3%
	Não têm	85,5%	47,7%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Há que se considerar que, somados os que responderam usar celulares compartilhados, com prejuízo ou não para seus estudos, são 10,5% na rede pública, o que equivale, em termos absolutos, a cerca de 650 mil estudantes. Trata-se de um número considerável, uma vez que – além de assistirem a aulas por celular, o que já é precário – os estudantes ainda precisam compartilhar o dispositivo com outras pessoas da casa.

Na rede pública, mais da metade dos estudantes (53,5%) utiliza apenas celular para as aulas, enquanto na rede privada são 16%. Outro dado importante é que 50,2% de estudantes da rede privada possuem em casa até três equipamentos (computador, celular e impressora), contra apenas 11,6% da rede pública. O fosso é enorme com relação às condições impostas pelo ensino à distância (ver gráfico 9).

Gráfico 9. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio por tipo de equipamento utilizado durante o estudo à distância, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

As desigualdades acontecem dentro das próprias redes, como já demonstrado. As Regiões Norte e Nordeste têm maiores problemas com relação aos equipamentos: na Região Norte, 8,2% de estudantes do ensino médio não possuem sequer celular compartilhado. Nas zonas rurais, 7% não possuem equipamentos, contra 3,6% da zona urbana. Com relação aos que têm apenas celular, também é maior a quantidade de estudantes nas Regiões Norte e Nordeste e na zona rural, todos acima de 60%. No Nordeste, chega a 67% (ver tabela 4).

Tabela 4. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de equipamento utilizado durante o estudo remoto, por região e zona residencial (Brasil, 2020 e 2021)

	Rede pública	Regiões					Zonas residenciais	
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbanas	Rurais
Não têm nenhum equipamento	4,2%	1,9%	4,0%	8,2%	4,0%	3,1%	3,6%	7,1%
Têm os três equipamentos	11,6%	13,2%	5,6%	5,5%	16,2%	15,2%	12,5%	7,1%
Têm computador e celular	27,1%	32,1%	18,7%	18,5%	31,2%	37,7%	29,1%	16,7%
Têm apenas celular	53,5%	51,9%	67,2%	63,0%	45,1%	41,4%	51,2%	65,3%
Outras combinações	3,6%	0,9%	4,5%	4,8%	3,5%	2,6%	3,6%	3,8%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Há muita similaridade de condições quando se desagregam os dados por sexo; no entanto, analisando-se as informações por raça, percebe-se que, entre pretos e pardos, há maior número de estudantes sem equipamento algum (8,2% entre pretos, comparados aos brancos: 3,4%) do que entre brancos. Entre aqueles apenas com celular, a quantidade de estudantes também é maior entre pretos e pardos. Com relação à renda, as distâncias são nítidas: aqueles com renda familiar até um salário mínimo e que dispõem apenas de celular são 67,9%. Já acima de cinco salários mínimos, esse número cai para menos da metade (ou 30%) (ver tabela 5).

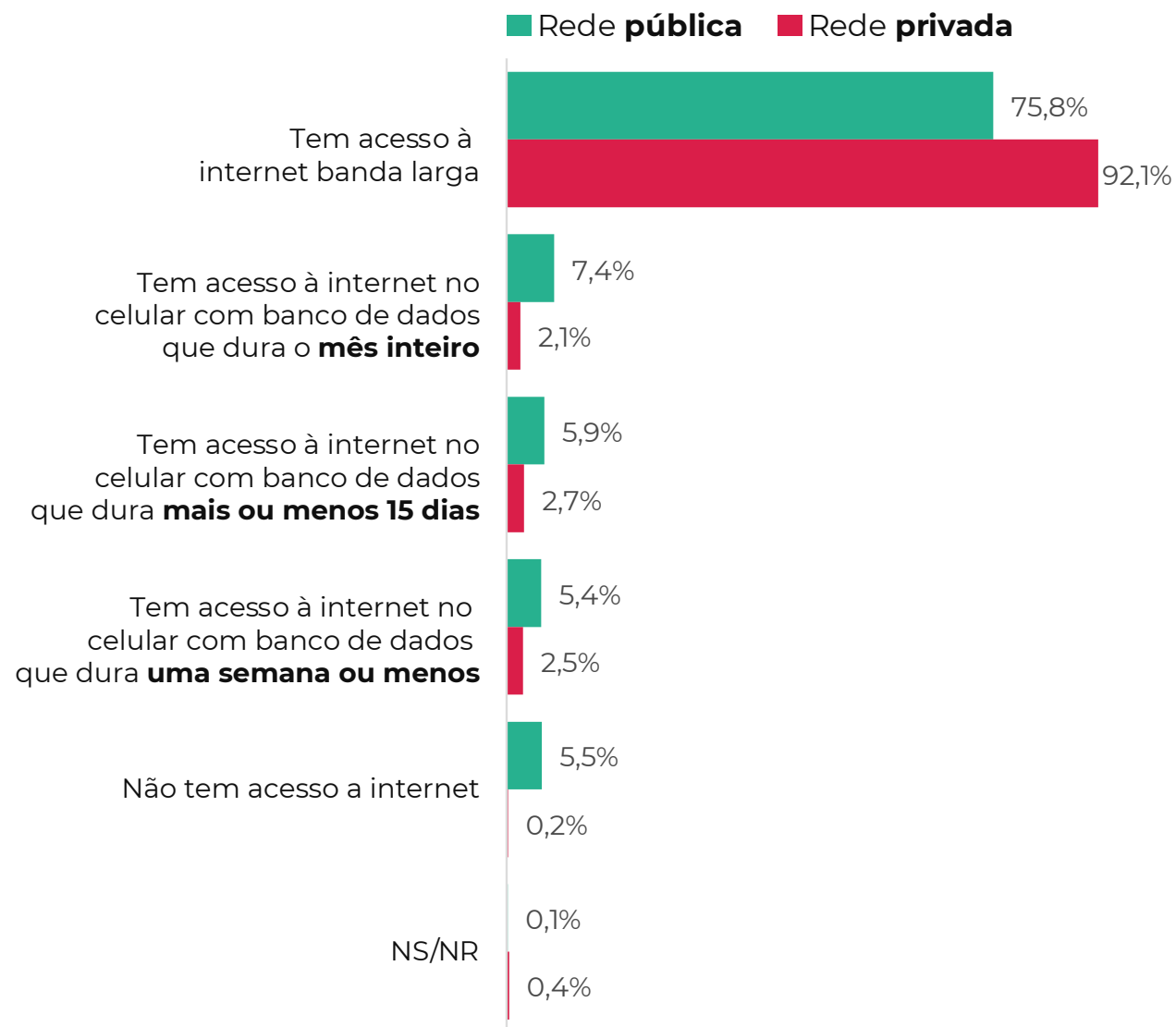
Tabela 5. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de equipamento utilizado durante o estudo remoto, por sexo, raça/cor e renda familiar (Brasil, 2020 e 2021)

	Rede pública	Sexo		Raça				Renda familiar				
		Masculino	Feminino	Branca	Preta	Parda	Outras	Até 1 SM	+ de 1 a 2 SM	+ de 2 a 3 SM	+ de 3 a 5 SM	+ de 5 SM
Não têm nenhum equipamento	4,2%	3,5%	4,8%	3,4%	8,2%	3,2%	1,2%	7,8%	3,9%	1,3%	0,7%	-
Têm os três equipamentos	11,6%	11,9%	11,4%	16,0%	10,6%	9,7%	3,7%	4,7%	9,0%	16,8%	29,6%	23,3%
Têm computador e celular	27,1%	27,1%	27,0%	31,0%	24,3%	25,9%	22,0%	15,7%	24,7%	39,5%	42,8%	40,0%
Têm apenas celular	53,5%	53,3%	53,6%	45,5%	54,1%	57,5%	68,3%	67,9%	57,8%	40,5%	25,0%	30,0%
Outras combinações	3,6%	4,2%	3,1%	4,0%	2,7%	3,6%	4,9%	3,9%	4,7%	2,0%	2,0%	6,7%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Um número menor de estudantes da rede pública tem acesso à banda larga (75,8%), em comparação aos da rede privada (92,1%). No entanto, o que causa maior indignação é o fato de se ter 5,5% de alunos de escolas públicas sem acesso algum, somados a outros 5,4% com acesso limitado a pacotes que duram uma semana no mês. Em termos absolutos, isso significa cerca de 1,3 milhão de adolescentes, estudantes do ensino médio, sem acesso ao ensino remoto ou com acesso muito precário (ver gráfico 10).

Gráfico 10. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio por tipo de acesso à internet, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Analisando-se os dados por raça/cor, é perceptível que, mesmo entre a mesma rede, há desigualdades raciais: 7,5% dos pretos não têm acesso algum à *internet*, contra 3,6% dos brancos. Se olharmos para toda a população negra (pretos e pardos), são 13,2% sem acesso. Entende-se que os que não têm acesso ou têm acesso precário, com pacotes de dados que duram metade do mês ou apenas uma semana, não tiveram aulas cotidianamente, o que precarizou ainda mais o ensino já precarizado (ver tabela 6).

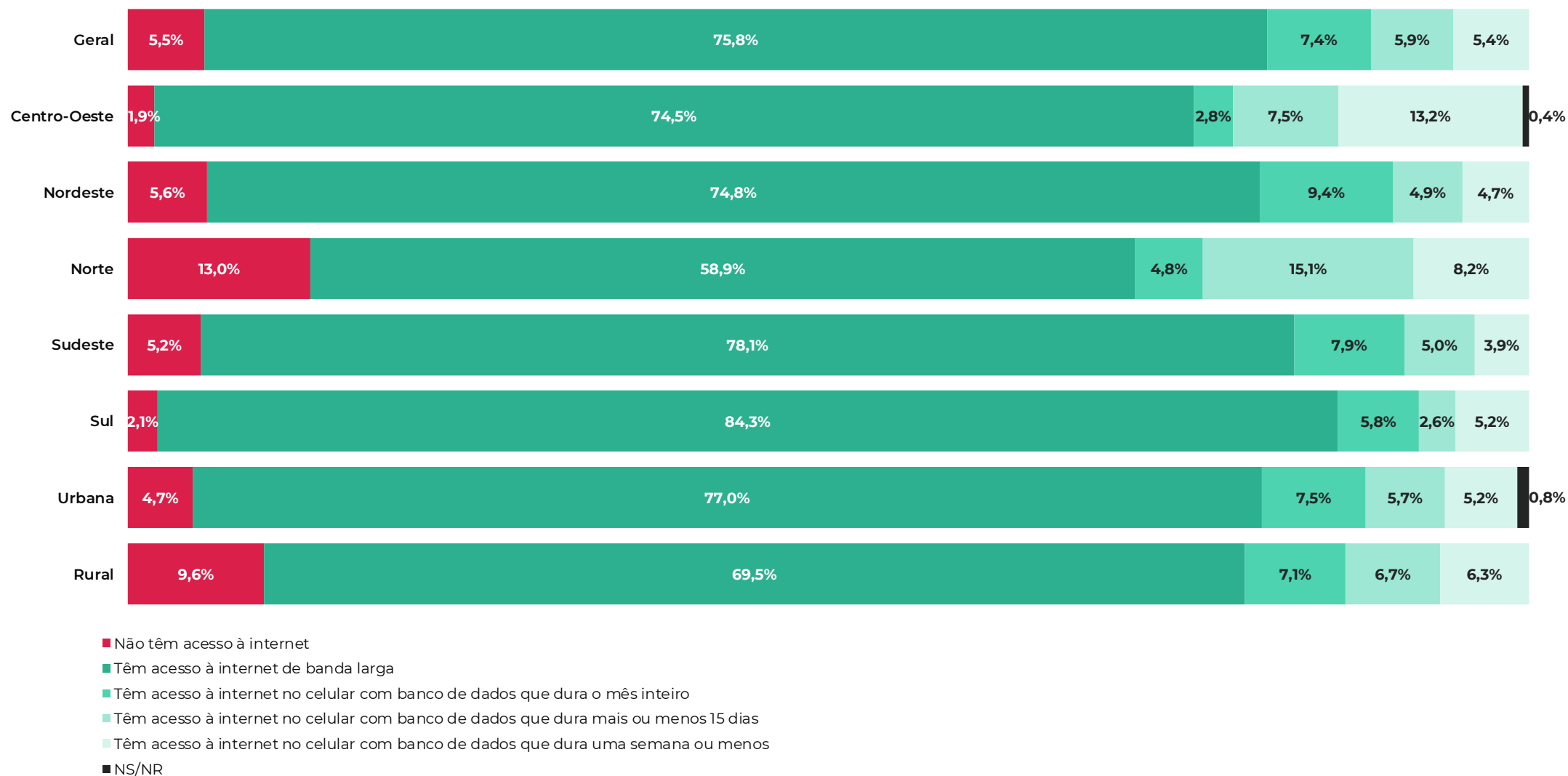
Tabela 6. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública com acesso à *internet*, por raça/cor (Brasil, 2020 e 2021)

<i>Internet</i>	Branca	Preta	Parda	Outra	Total (rede pública)
Têm acesso à <i>internet</i> de banda larga	79,8%	70,5%	74,9%	76,3%	75,8%
Têm acesso à <i>internet</i> no celular com banco de dados que dura o mês inteiro	5,5%	10,3%	7,9%	4,9%	7,4%
Têm acesso à <i>internet</i> no celular com banco de dados que dura mais ou menos 15 dias	5,7%	5,1%	6,5%	4,9%	5,9%
Têm acesso à <i>internet</i> no celular com banco de dados que dura uma semana ou menos	5,3%	6,5%	4,7%	7,3%	5,4%
Não têm acesso à <i>internet</i>	3,6%	7,5%	5,7%	6,1%	5,5%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Conforme pode ser observado no gráfico 11, na Região Norte, 13% dos estudantes do ensino médio da rede pública não têm acesso a forma alguma de conexão, enquanto 8,2% têm bancos de dados que duram apenas uma semana. Na Região Centro-Oeste, o quantitativo de estudantes com *internet* precária também é significativo: 13%. Contudo, a situação mais grave é no Norte, onde praticamente a metade dos estudantes tem situação precarizada. Nas zonas rurais, o acesso à banda larga é menor do que nas zonas urbanas e 9,6% não têm acesso algum (ver gráfico 11).

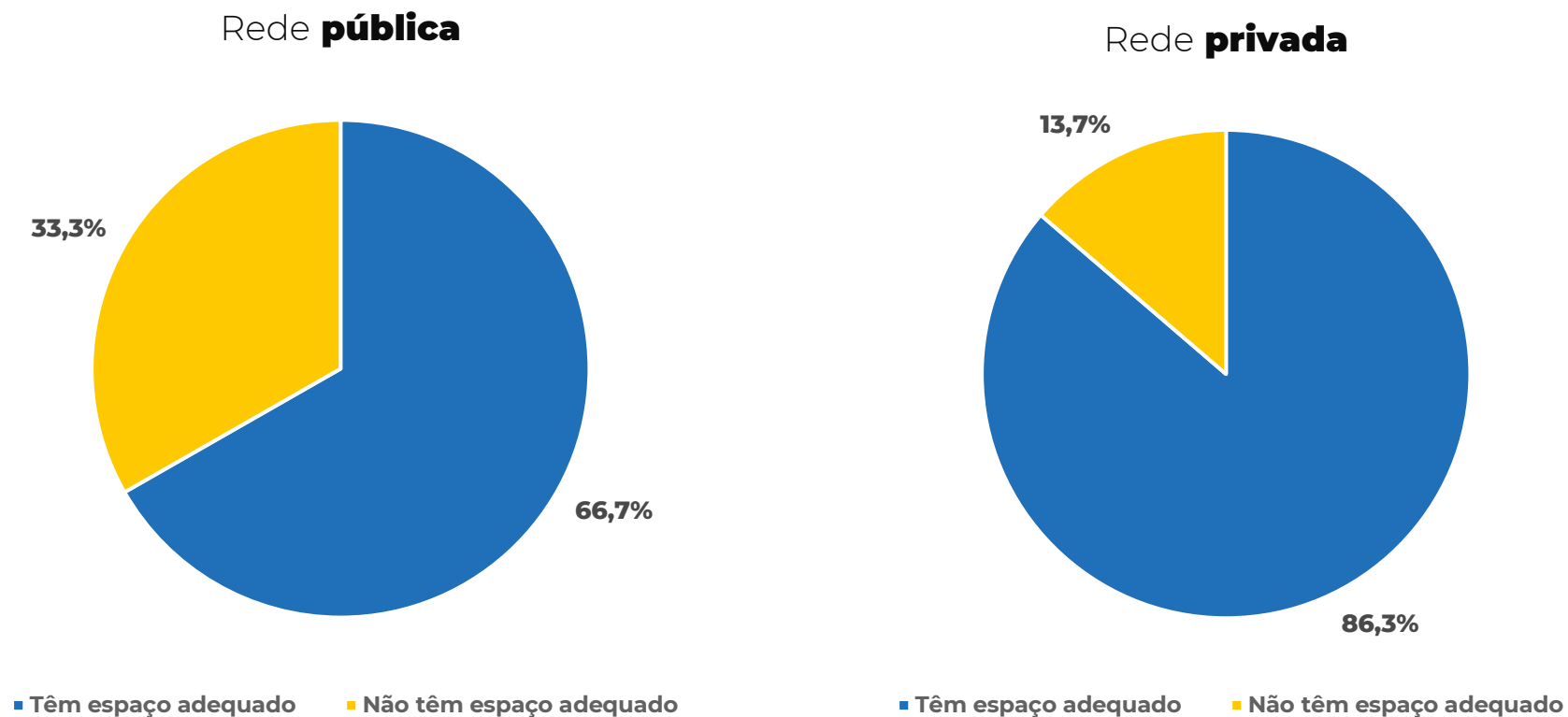
Gráfico 11. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública com acesso à internet, por região e zona residencial (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Um terço dos estudantes da rede pública (33,3%) afirma não ter espaço adequado em suas casas para estudar (ver gráfico 12). Enquanto na rede privada são 13,7% os que afirmam não ter. Mais uma vez, fica visível a dificuldade de muitos e muitas estudantes da rede pública, visto que provavelmente as mazelas se somam, ou seja, não se tem acesso à *internet*, não se tem equipamento adequado, não se tem espaço para estudo.

Gráfico 12. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio e informam contar com espaço adequado para estudar em casa, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)

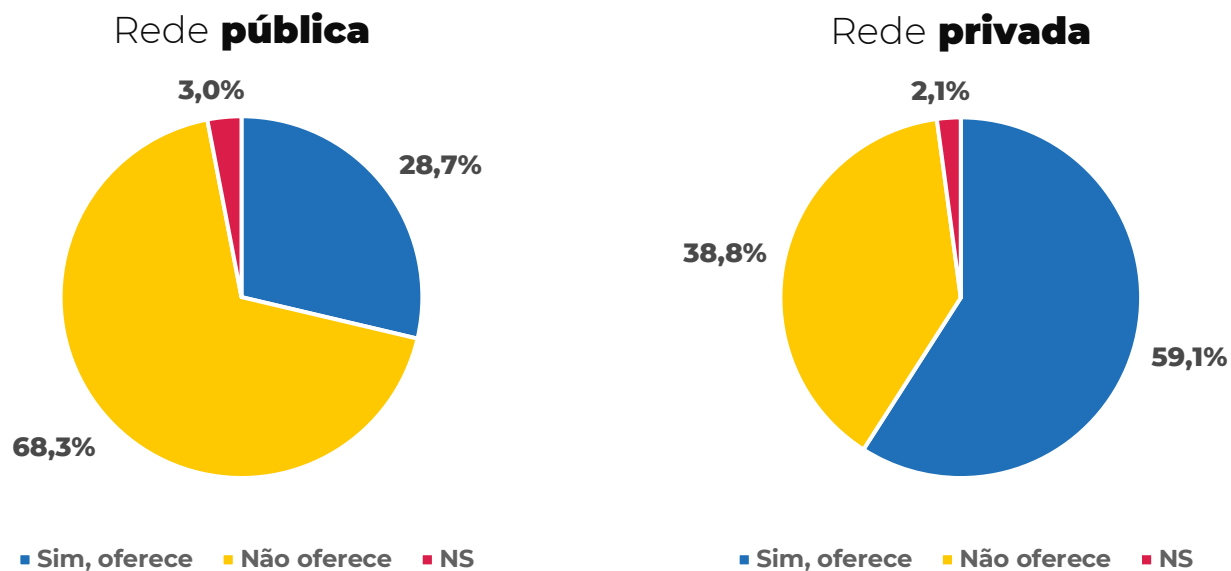


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

As secretarias de educação precisam garantir às escolas condições necessárias tanto para atender estudantes que não as possuem em suas casas quanto para atender professores que precisam planejar e transmitir suas aulas por meio remoto, o que não estava nos radares antes do momento da pandemia. Foi necessária uma adaptação para a qual nem todas as escolas tiveram os insumos para fazê-la.

Verifica-se no gráfico 13 que as condições das redes pública e privada são inversamente proporcionais, ou seja, enquanto 68,3% das escolas públicas não oferecem salas com acesso à *internet*, computadores etc., na rede privada 59,1% das escolas oferecem tais condições e equipamentos. É importante lembrar que isso afeta não apenas estudantes, mas também – e fortemente – o corpo docente.

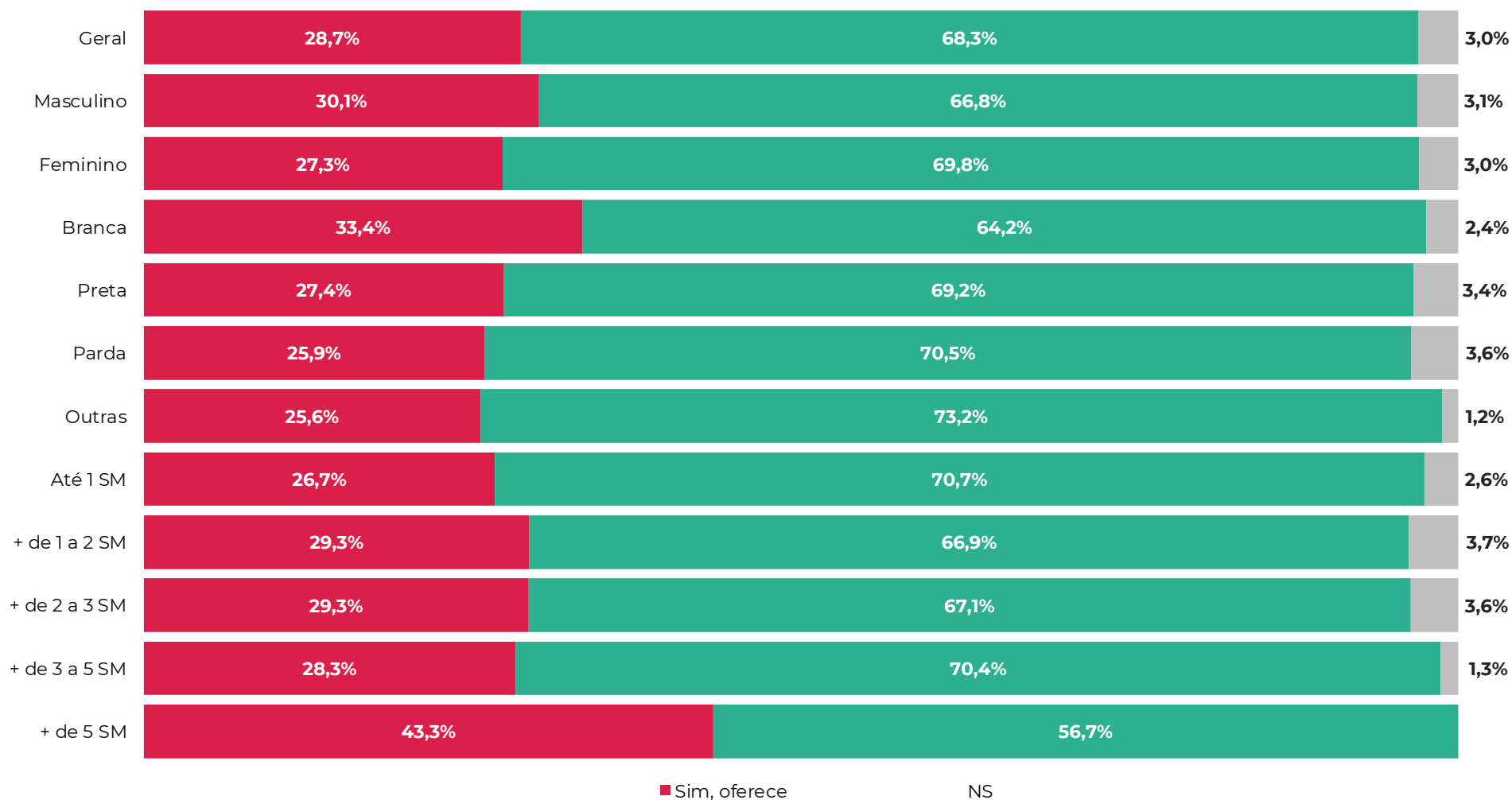
Gráfico 13. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio e avaliam que a escola ofereceu estrutura para o ensino remoto (salas com acesso à *internet*, computadores, câmeras de vídeo etc.), nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

As pessoas brancas acessam escolas com melhores condições, ou seja, 33,4% de pessoas brancas estudam em escolas que oferecem melhores estruturas para o ensino remoto, contra 25,6% de pessoas pretas. O mesmo ocorre em relação à renda: famílias com renda acima de cinco salários mínimos têm 43,3% de seus adolescentes estudando em escolas com estrutura e apenas 26,7% de adolescentes com renda familiar de até um salário mínimo têm as mesmas condições (ver gráfico 14).

Gráfico 14. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e avaliam que a escola ofereceu estrutura para o ensino remoto (salas com acesso à *internet*, computadores, câmeras de vídeo etc.), por sexo, raça/cor e renda familiar (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A intencionalidade das políticas que ampliam desigualdades é perceptível mesmo entre as pessoas que frequentam a escola pública. Nos bairros mais centrais, de classe média, em geral, as escolas são mais bem equipadas, mais cuidadas, em detrimento das escolas de periferia, onde as condições são precarizadas, oferecendo uma educação menos qualificada.

Mesmo diante da falta de condições de boa parte das famílias de ter *internet* de qualidade, o poder público, em geral, não ofereceu acesso gratuito na maioria dos casos. A Região Nordeste, com avaliação mais positiva, ofereceu para 33,9% dos estudantes. Já no Centro-Oeste, apenas 10% receberam acesso à *internet*. Com relação ao suporte em caso de dúvidas, na Região Sul observa-se o maior número de respostas positivas (51,3%), enquanto no Norte as respostas positivas são de apenas 28,1%. Contudo, se somar a falta de estruturas das residências com a falta de estrutura das escolas, tem-se um quadro muito grave, especialmente na zona rural, onde apenas 8,8% dos estudantes tiveram apoio para *internet* nas escolas (ver tabela 7).

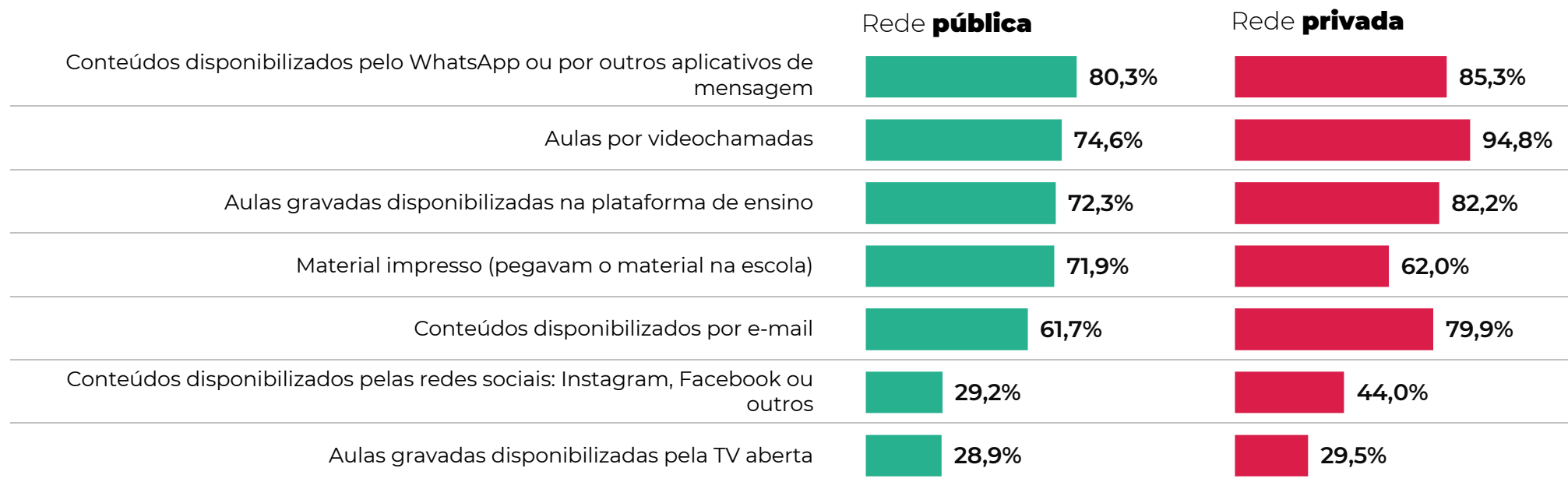
Tabela 7. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e informam ter recebido itens oferecidos pelo poder público para acesso às plataformas virtuais (Brasil, 2020 e 2021)

		Rede pública	Regiões					Zonas residenciais	
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbanas	Rurais
Infraestrutura / equipamentos de TI	Sim, ofereceu	13,4%	12,3%	13,7%	7,5%	15,6%	11,0%	14,3%	8,8%
	Não ofereceu	84,6%	87,7%	85,2%	92,5%	81,7%	84,3%	84,4%	85,4%
	NS/NR	2,0%	-	1,1%	-	2,7%	4,7%	1,3%	5,9%
Pacote de banco de dados para acesso à internet	Sim, ofereceu	23,1%	10,4%	33,9%	13,0%	22,1%	15,7%	23,8%	19,7%
	Não ofereceu	74,7%	88,7%	64,7%	86,3%	75,2%	79,6%	74,8%	74,1%
	NS/NR	2,2%	0,9%	1,3%	0,7%	2,7%	4,7%	1,4%	6,3%
Suporte em caso de dúvidas	Sim, ofereceu	41,0%	38,7%	42,2%	28,1%	40,4%	51,3%	41,9%	36,4%
	Não ofereceu	56,2%	58,5%	55,3%	69,9%	56,8%	44,5%	56,3%	55,6%
	NS/NR	2,8%	2,8%	2,5%	2,1%	2,8%	4,2%	1,8%	7,9%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A comparação entre as redes pública e privada em relação à disponibilização de conteúdos demonstra que a rede privada teve maior diversidade de instrumentos e caminhos, tais como conteúdos em redes sociais. Cerca de 44% dos estudantes da rede privada responderam que tiveram acesso a tais meios, enquanto 29% de estudantes da rede pública responderam o mesmo (ver gráfico 15). Assim como conteúdos disponibilizados por *e-mail*, também foram mais utilizadas na rede privada aulas por videochamada (94,8% na rede privada ou quase todos os entrevistados responderam positivamente). Já na rede pública, 74% tiveram acesso a videochamadas. A rede pública só supera a privada em relação ao material impresso nas escolas. No entanto, se verificarmos a tabela 3, com informações sobre equipamentos, o número de estudantes da rede pública com impressora em casa é muito menor do que entre estudantes da rede privada.

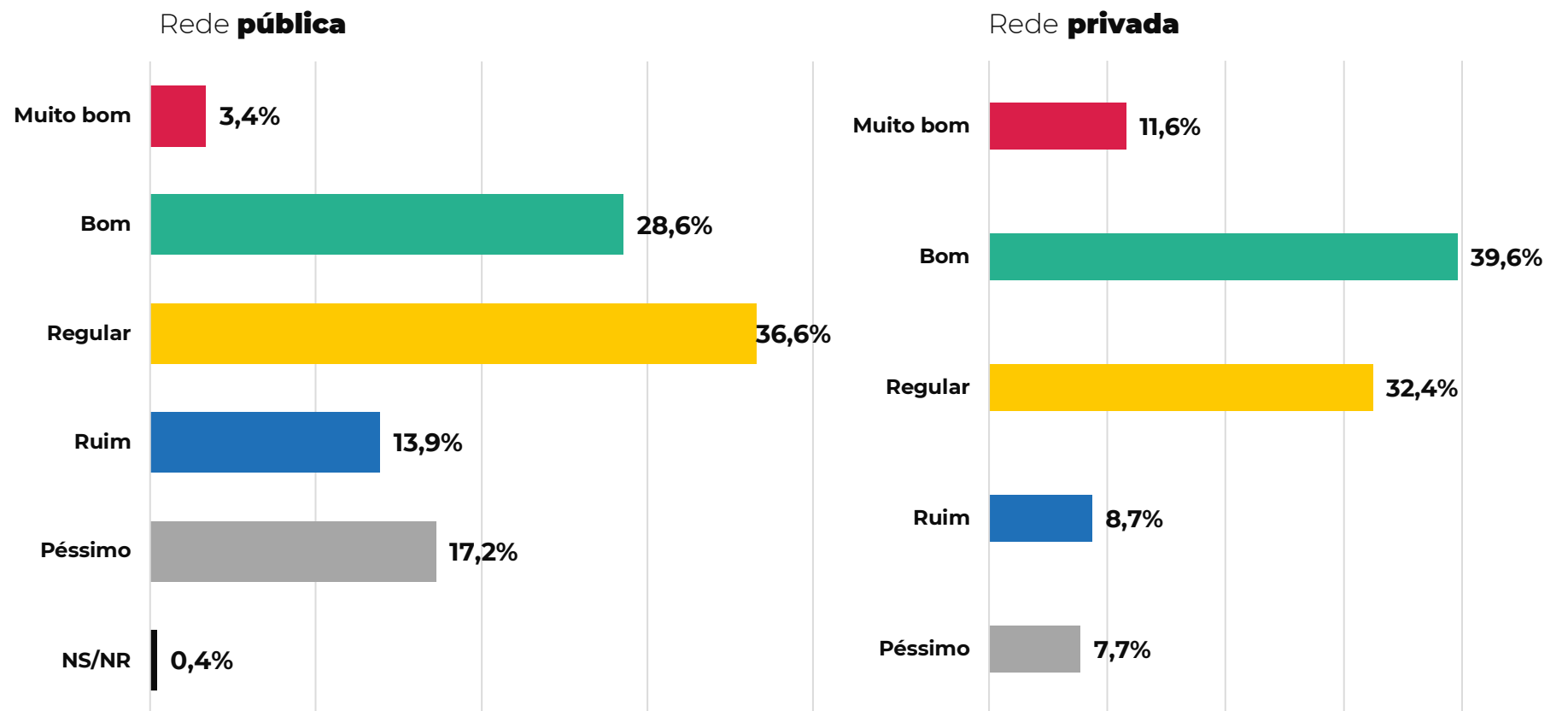
Gráfico 15. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 que estavam cursando o ensino médio por tipos de formatos de ensino disponibilizados pela escola para acesso aos conteúdos, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Quando perguntados sobre a qualidade do ensino remoto, estudantes de escolas privadas também avaliaram melhor suas escolas, somando “muito bom” e “bom”. Com isso, são 30% de respondentes na rede pública e 51,2% na rede privada (ver gráfico 16). Percebe-se que as respostas somadas vão dando um panorama das diferentes e desiguais realidades.

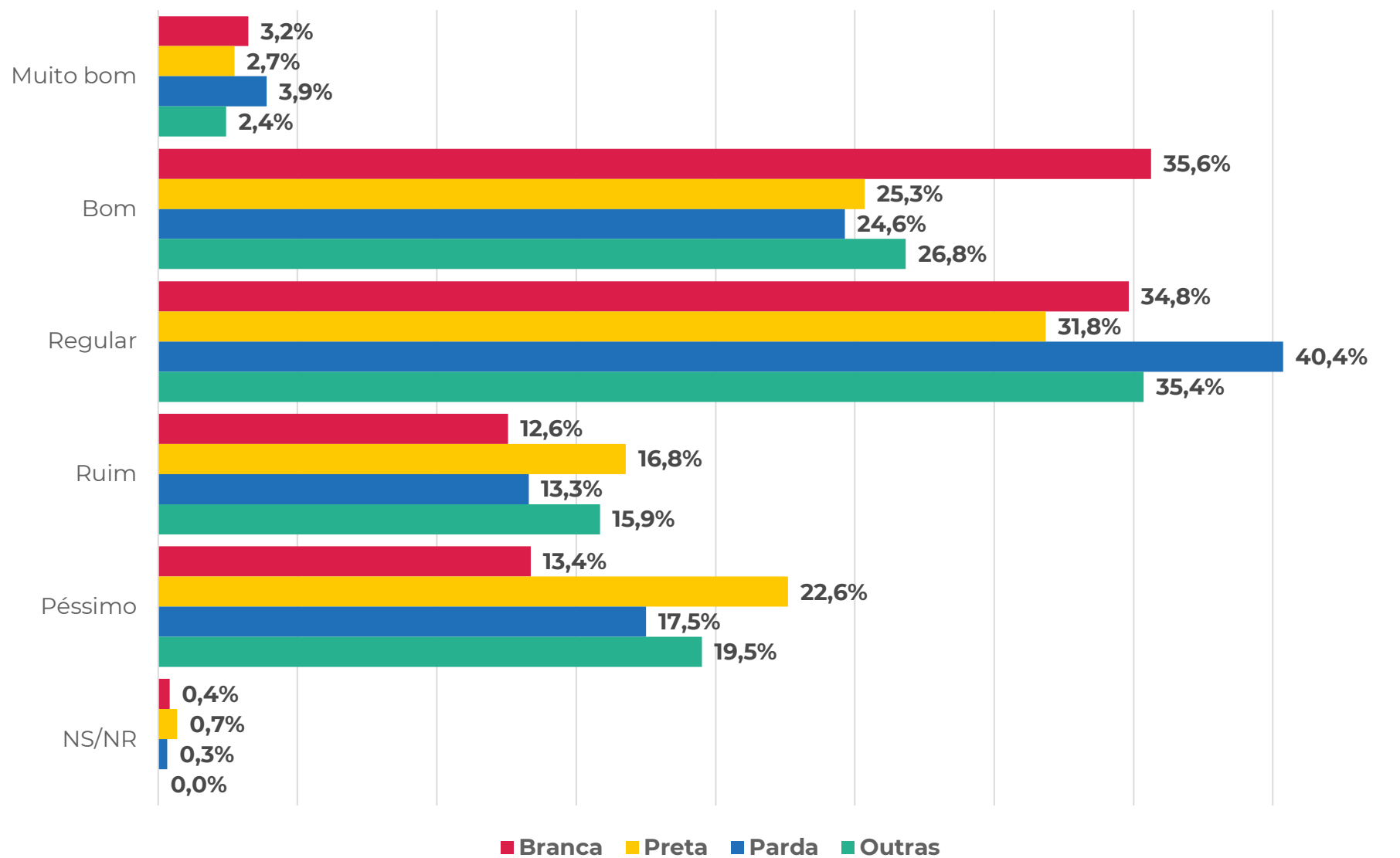
Gráfico 16. Avaliação geral do ensino remoto pelos estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Desagregados por raça e renda na rede pública (gráfico 17), os dados sobre as desigualdades aparecem com mais força, pois as pessoas pretas que responderam “ruim” e “péssimo” somam 39,4%, enquanto as brancas somam 25,9%, ou seja, uma diferença de 13,5 pontos percentuais a menos. Considera-se, então, que a avaliação das pessoas brancas é melhor, provavelmente por estarem em escolas mais centrais, com melhores condições de ensino e melhor infraestrutura.

Gráfico 17. Avaliação geral do ensino remoto pelos estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública, por raça (Brasil, 2020 e 2021)

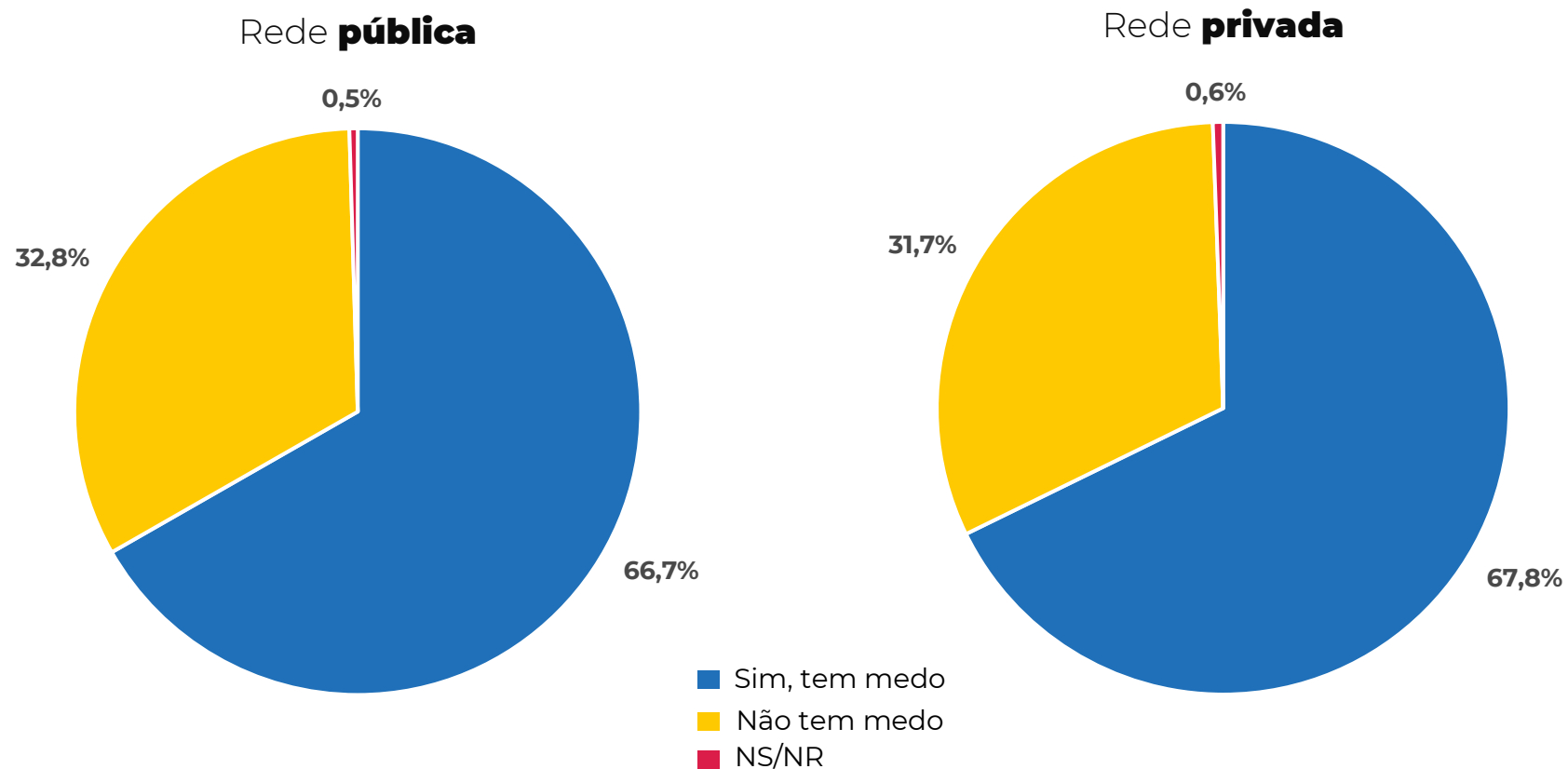


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3.3 A dúvida em relação à volta às aulas

O medo da Covid-19 existe para a maioria, em qualquer segmento: 2/3 dos alunos de escolas públicas e da rede privada afirmam ter medo de ficar doentes ou de ter Covid com a volta às aulas presenciais (ver gráfico 18).

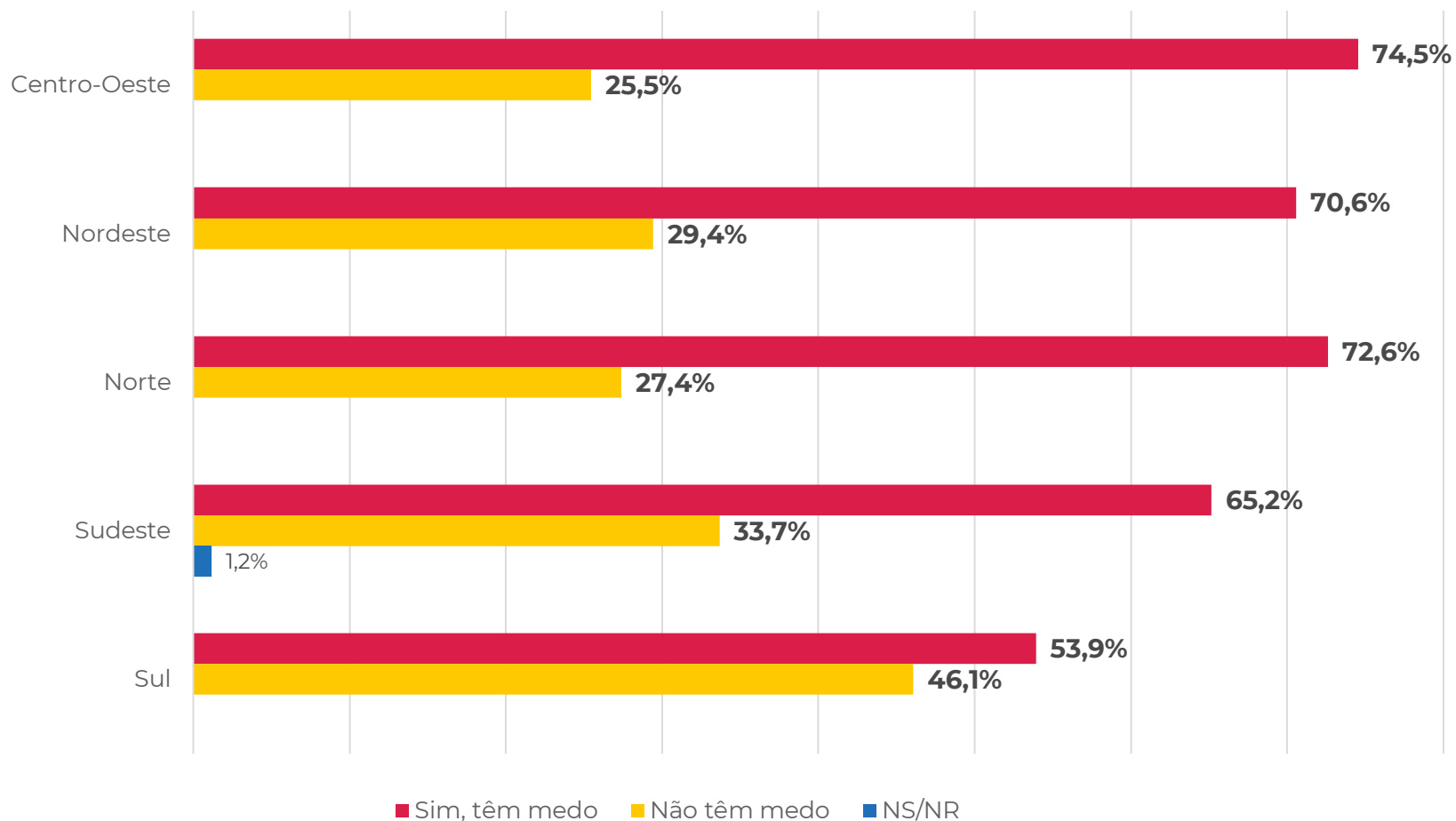
Gráfico 18. Receio dos estudantes, com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio, de contaminação no retorno ao ensino presencial, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Conforme se pode constatar no gráfico 18, o receio da contaminação é comum nas duas redes (cerca de 67% dos estudantes têm esse temor). Porém, há algo digno de nota quando se observa o gráfico 19, por regiões. No Sul do País, praticamente a metade dos estudantes diz não ter receio da contaminação no retorno às aulas. Vários fatores podem estar relacionados a essa afirmação, como o desejo de voltar a interagir com outros estudantes, a precariedade do ensino remoto e até mesmo como uma consequência do negacionismo.

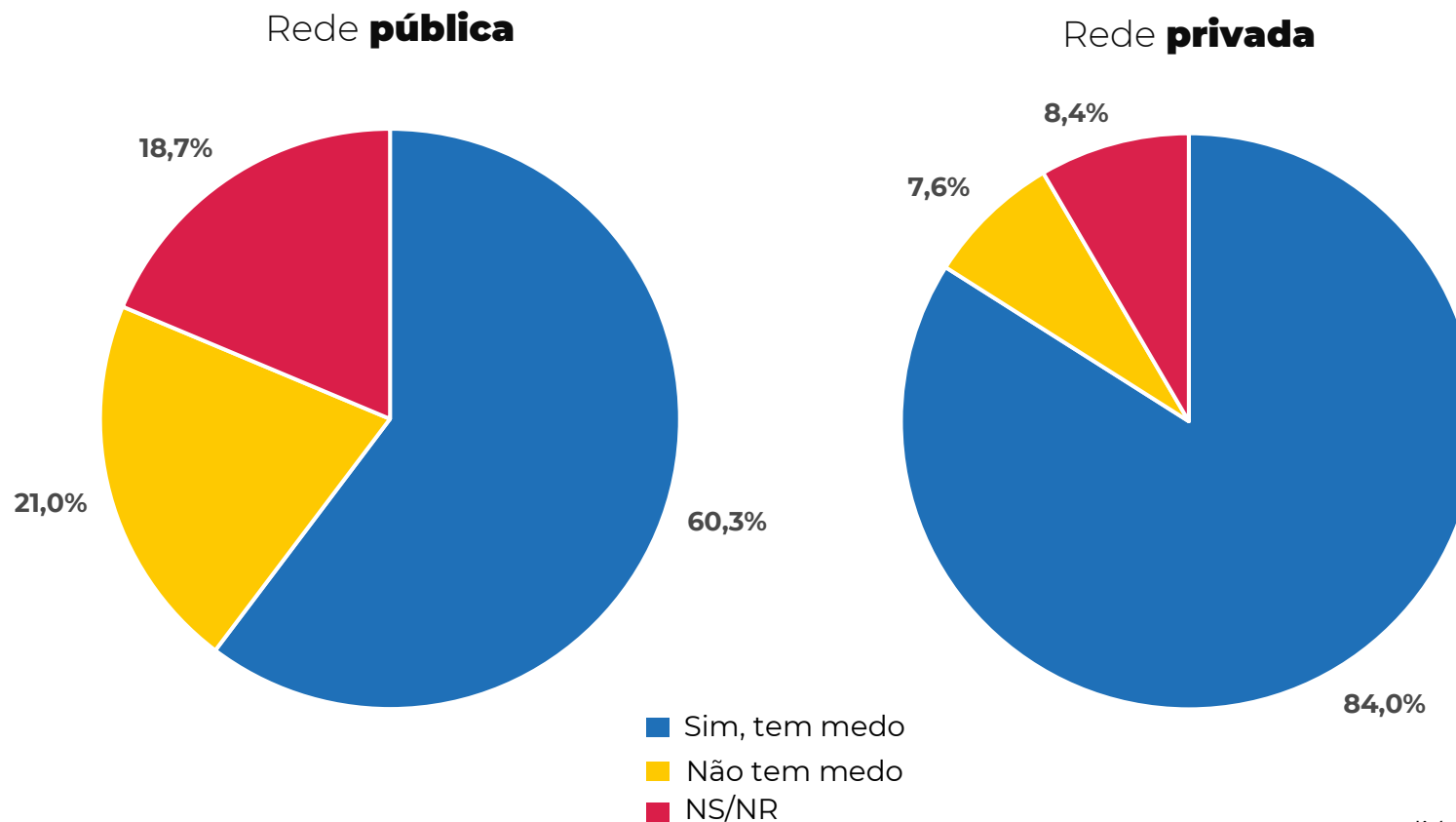
Gráfico 19. Receio dos estudantes, com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública, de contaminação no retorno ao ensino presencial, por região e zona residencial (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A absoluta maioria dos estudantes da rede privada do ensino médio (84%) afirma que as escolas oferecem insumos para a prevenção da Covid-19. Na rede pública, esse número cai para 60,3% (ver gráfico 20), o que constitui um resultado grave, considerando-se que a pandemia ainda não foi debelada. Isso se reflete nos medos, nas ansiedades e em outros problemas emocionais, além de colocar os estudantes em risco.

Gráfico 20. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio e informam que a escola oferece insumos para a prevenção da Covid-19, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)

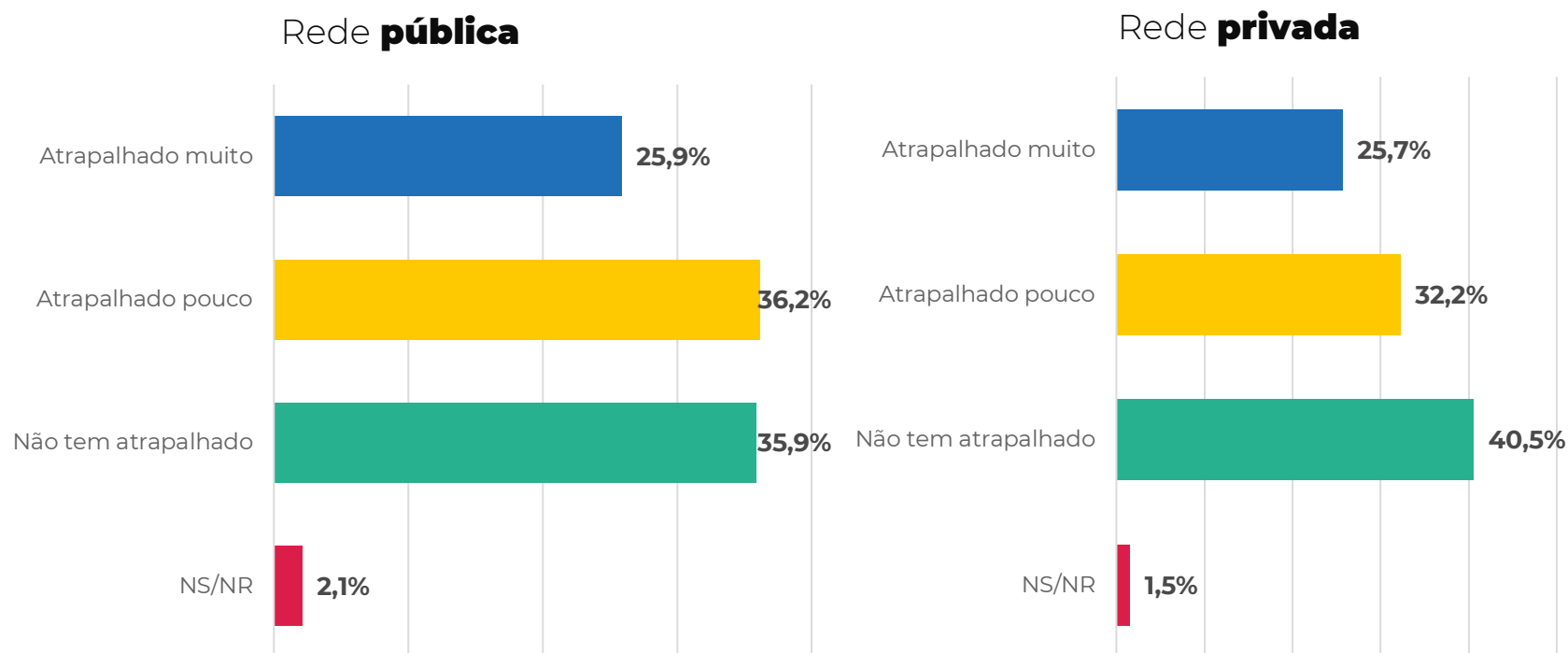


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3.4 A ansiedade provocada pelo contexto

Pode-se dizer que o abalo emocional afetou todas as pessoas independentemente da rede de ensino, o que é bastante preocupante, dado que a adolescência é um período de descobertas, de socialização independente das famílias, de transformações corporais e mentais. Então, a informação de que 25% dos estudantes afirmam que o abalo emocional afetou o seu processo de ensino/aprendizagem constitui um dado grave, razão pela qual são necessárias políticas públicas que atendam diretamente a questão, pois há ainda um grande contingente que diz ter sido pouco afetado, mas sentiu: são 36% na rede pública e 32% na rede privada (ver gráfico 21).

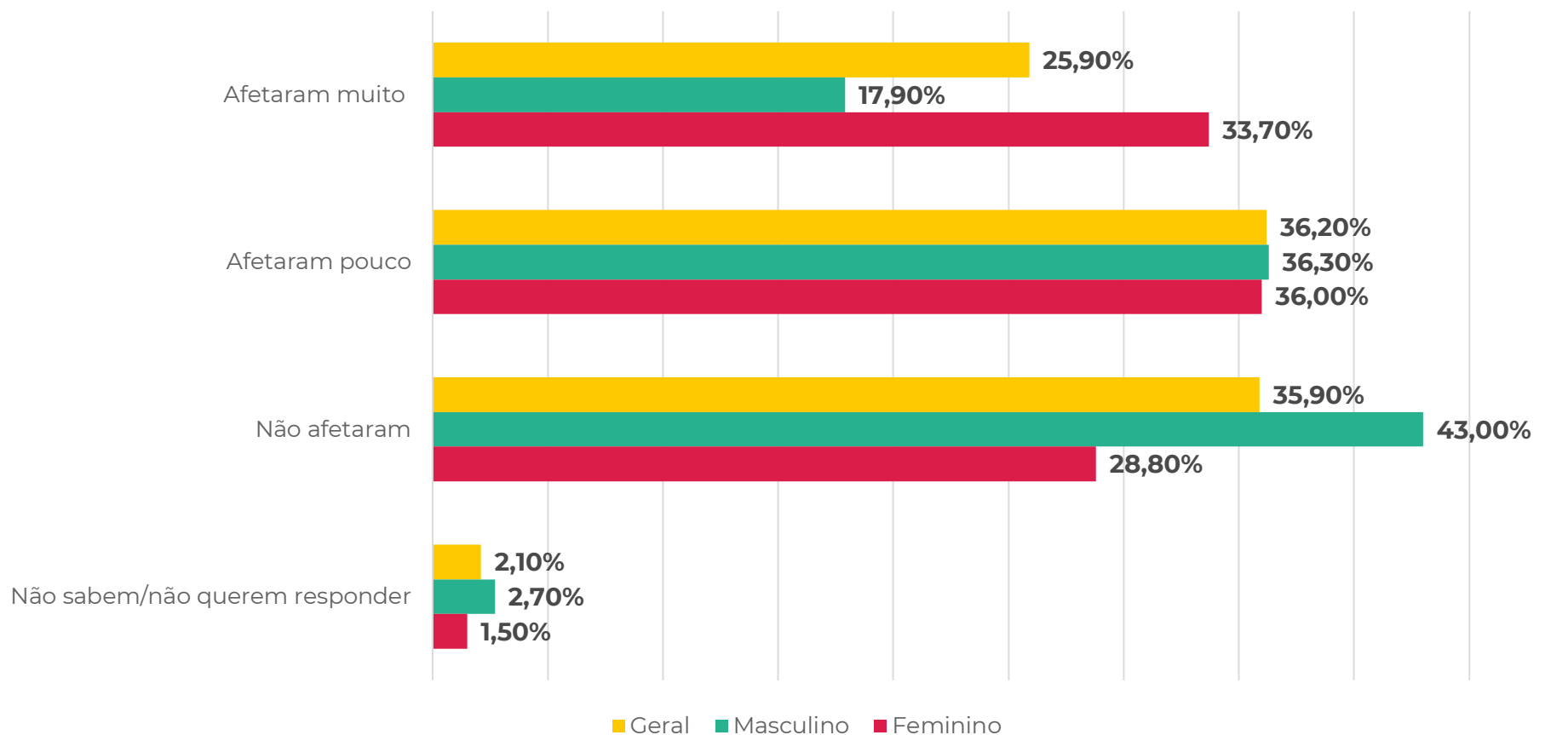
Gráfico 21. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio e declaram que, durante a pandemia, o abalo emocional atrapalhou os estudos, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Com a análise dos dados desagregados por sexo, percebe-se que as questões emocionais afetam mais meninas do que meninos, pois o dobro de meninas (33,7%) respondeu que afetam muito, enquanto para os meninos apenas 17,9% responderam que são muito afetados. A informação reforça o fato de que, para as meninas, o fardo foi maior, com atribuições domésticas ou a soma de trabalho doméstico fora de casa e estudos. Além disso, as meninas estão mais vulneráveis às violências e aos abusos no espaço doméstico (ver gráfico 22).

Gráfico 22. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e declaram que, durante a pandemia, o abalo emocional atrapalhou os estudos, por sexo (Brasil, 2020 e 2021)

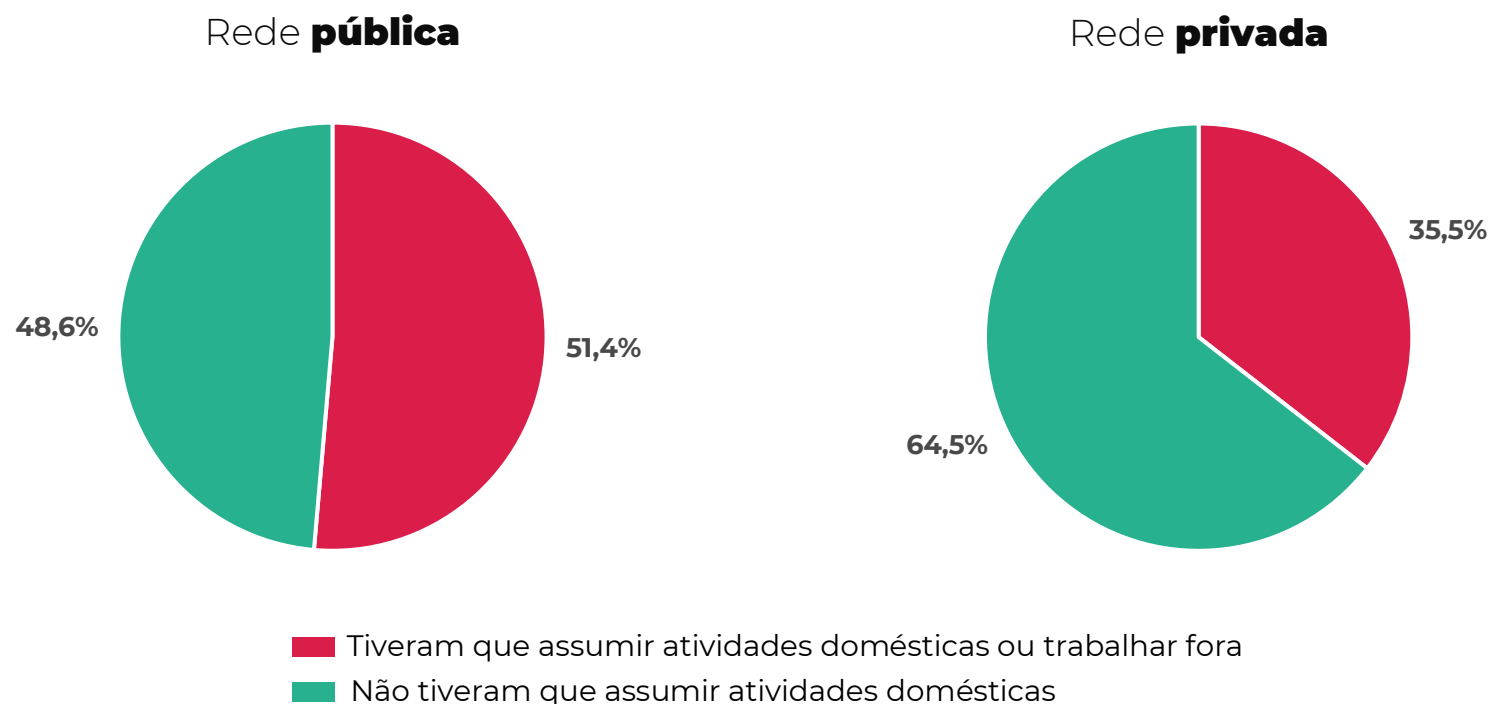


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3.5 Estudantes que tiveram de assumir atividades domésticas e/ou trabalhar fora

A diferença entre estudantes das redes pública e privada quanto a outras atividades obrigatórias para além dos estudos também denota a desigualdade, pois mais da metade dos adolescentes da rede pública (51,4%) assumiu outras tarefas. Na rede privada, esse percentual é muito menor (35,5%) (ver gráfico 23).

Gráfico 23. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que cursavam o ensino médio e tiveram que assumir atividades domésticas ou trabalho externo durante a pandemia, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Quando os dados são analisados por sexo e renda familiar, percebe-se que, mesmo dentro de uma única rede, o sexismo aparece, pois as meninas (31,7%) assumiram mais atividades domésticas do que os meninos (19,3%). E entre os meninos há uma quantidade maior que teve de assumir trabalho fora de casa. Contudo, mais da metade das meninas (54%) teve que desempenhar alguma tarefa além dos estudos. Isso pode explicar, em parte, uma maior incidência de problemas emocionais. Percebe-se, ainda, que as pessoas pretas e pardas (negras) também assumiram mais tarefas, comparadas às pessoas brancas (ver tabela 8).

Tabela 8. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e tiveram que assumir atividades domésticas ou trabalho externo durante a pandemia, por sexo e raça (Brasil, 2020 e 2021)

	Rede pública	Sexo		Raça			
		Masculino	Feminino	Branca	Preta	Parda	Outras
Tiveram que assumir atividades domésticas	25,5%	19,3%	31,7%	23,7%	25,7%	26,4%	29,3%
Tiveram que trabalhar fora	15,5%	19,8%	11,2%	16,6%	16,8%	13,6%	18,3%
Tiveram que assumir atividades domésticas e trabalhar fora	10,4%	9,6%	11,2%	7,9%	13,0%	10,7%	13,4%
Não tiveram que assumir atividades domésticas e nem trabalhar fora	48,6%	51,3%	46,0%	51,8%	44,5%	49,3%	39,0%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

3.6 A falta da alimentação escolar tem contribuído para aumentar a insegurança alimentar e nutricional no Brasil

Houve uma flexibilização das formas de oferta da alimentação escolar na pandemia, devido à vulnerabilidade de muitas crianças e adolescentes, para os quais a alimentação recebida na escola é de grande importância para o seu desenvolvimento e que sofrem mais com a ausência do Estado e das políticas públicas.

Contudo, mesmo com a flexibilização, muitas redes não ofereceram a alimentação escolar. Veja-se, por exemplo, o caso da Região Sul, onde apenas 23,6% afirmam ter recebido a alimentação regularmente. O maior índice de atendimento da política está no Centro-Oeste, com 62,3%; mesmo assim, distante do universo a ser contemplado (ver tabela 9).

Tabela 9. Proporção de estudantes com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e foram beneficiados com alimentação escolar (Brasil, 2020 e 2021)

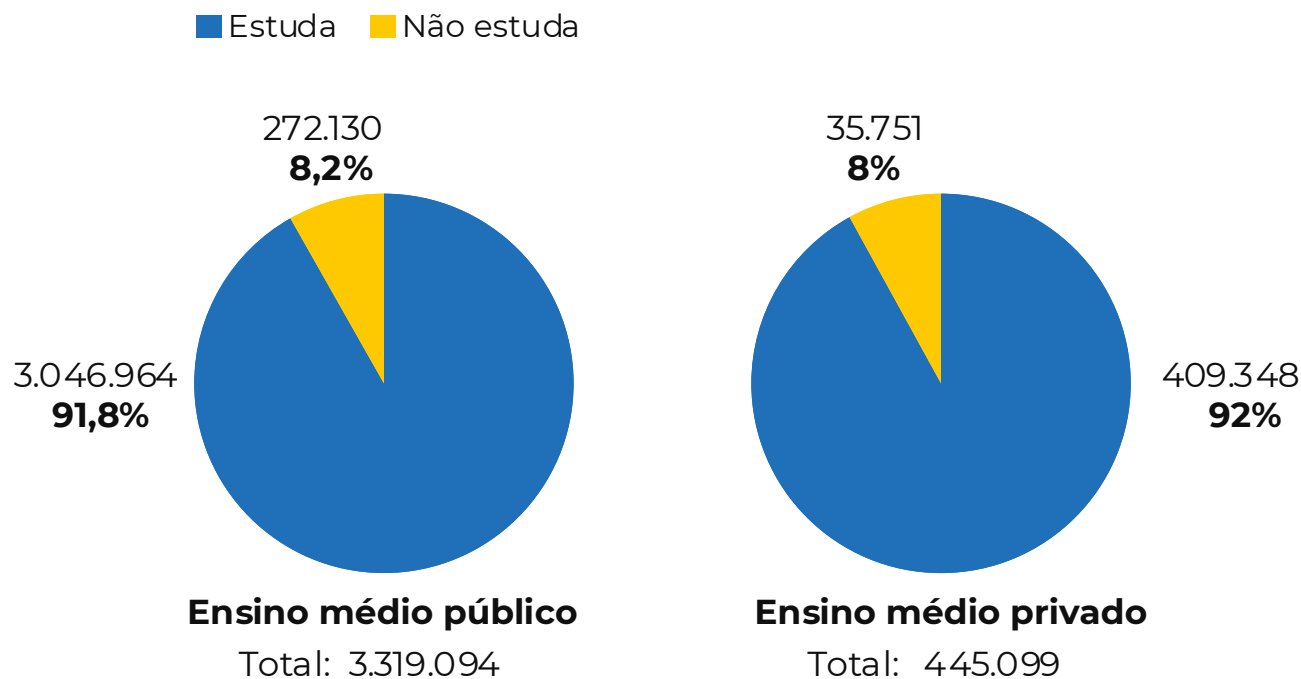
	Rede pública	Regiões					Zonas residenciais	
		Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Urbanas	Rurais
Ofereceu de forma regular	38,4%	62,3%	46,7%	45,2%	31,0%	23,6%	36,8%	46,4%
Ofereceu de forma irregular	14,4%	9,4%	22,7%	22,6%	10,2%	4,7%	13,1%	21,3%
Não ofereceu	47,2%	28,3%	30,6%	32,2%	58,8%	71,7%	50,1%	32,2%

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4. A SITUAÇÃO DAS MENINAS: A DUPLA EXCLUSÃO DAS ESTUDANTES NEGRAS

Em 2021, o Brasil conta com 3.764.193 meninas com idades entre 15 e 19 anos que cursam o ensino médio ou deixaram a escola a partir de 2020. Desse total, 88% eram de meninas do ensino médio na rede pública (ver gráfico 24).

Gráfico 24. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio ou haviam parado de estudar, nas redes pública e privada (Brasil, 2020 e 2021)

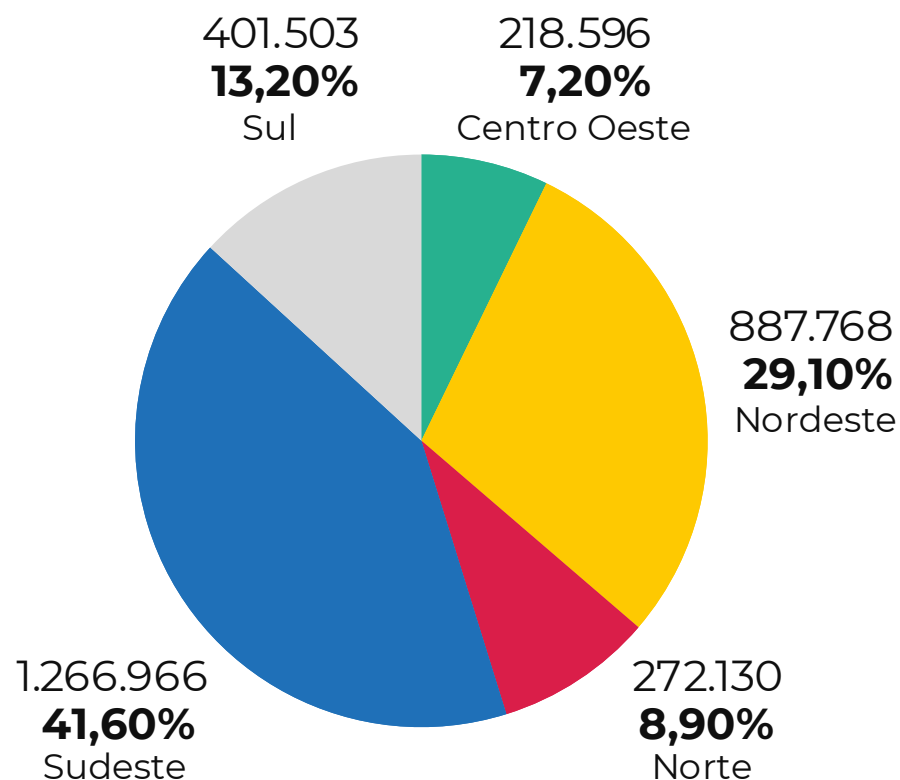


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.1 A maior concentração ocorre nas Regiões Sudeste e Nordeste

Como era de se esperar, a maior parte das estudantes da rede pública reside no Sudeste (41,6%) e no Nordeste (29,1%), que são as regiões mais populosas do Brasil (ver gráfico 25).

Gráfico 25. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio público, por região (Brasil, 2020 e 2021)

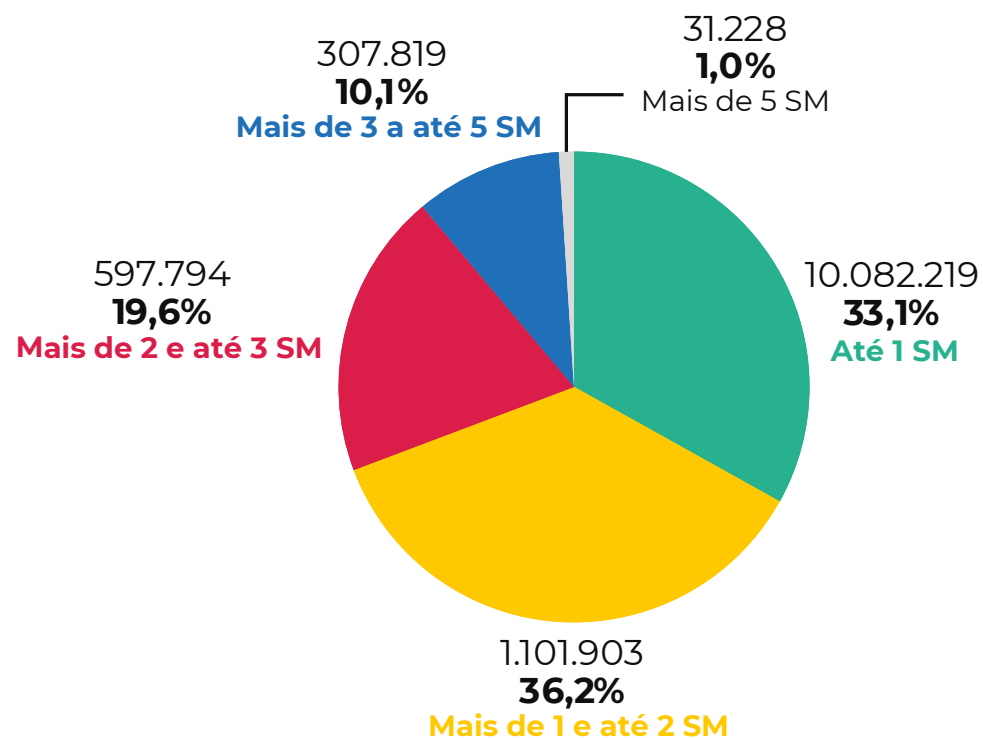


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.2 Um grupo da população empobrecido

A absoluta maioria das meninas (69,3%) vive em domicílios com rendas familiares de até dois salários mínimos. Somente 1% delas vem de famílias com rendimentos mensais superiores a cinco salários mínimos, o que revela um universo bastante empobrecido (ver gráfico 26).

Gráfico 26. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio público, por nível de renda (Brasil, 2020 e 2021)

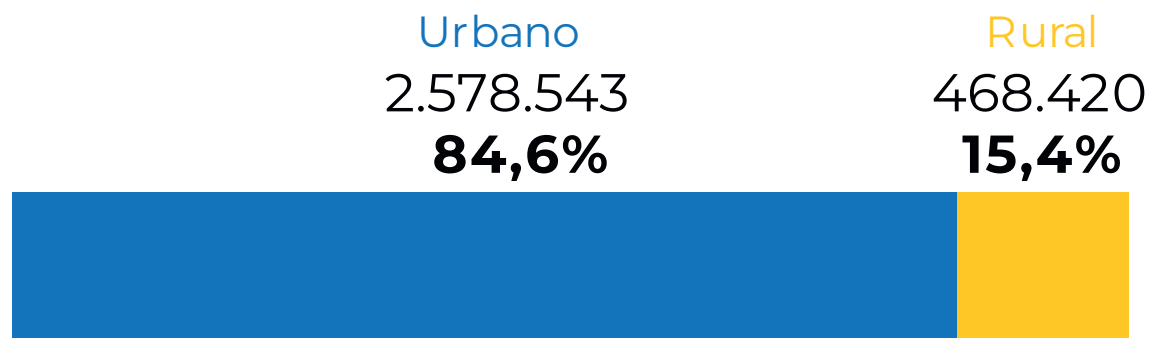


Legenda: SM – salário mínimo.
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.3 Um universo majoritariamente urbano e negro

A absoluta maioria das meninas vive em áreas urbanas, acompanhando a distribuição espacial da população brasileira (ver gráfico 27).

Gráfico 27. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio público em áreas urbanas ou rurais (Brasil, 2020 e 2021)

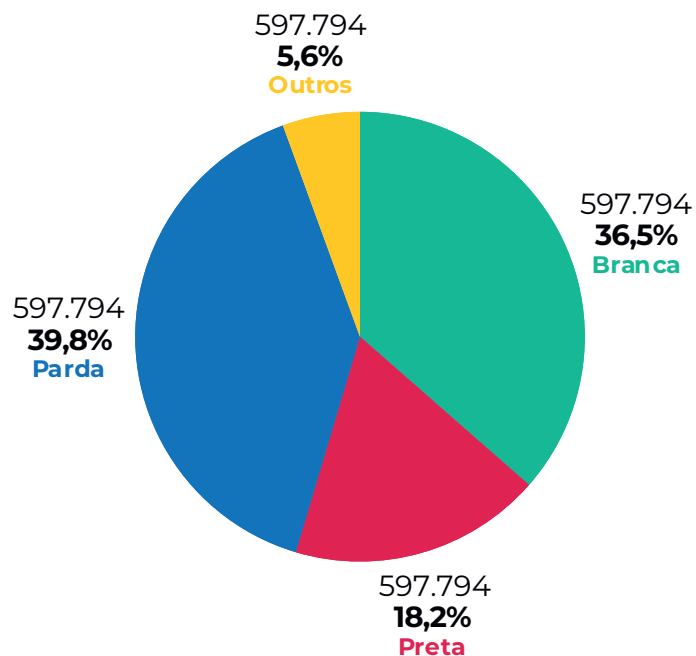


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A maior parte das estudantes é negra (pretas e pardas): 58%, percentual um pouco maior do que o observado para a população brasileira (54%) (ver gráfico 28). Como as desigualdades se somam, a maior parte também pertence às famílias com rendas mais baixas. Um dos resultados do racismo no Brasil é o de condenar expressivos contingentes da população negra à pobreza.

!

Gráfico 28. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio público, por raça/cor (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

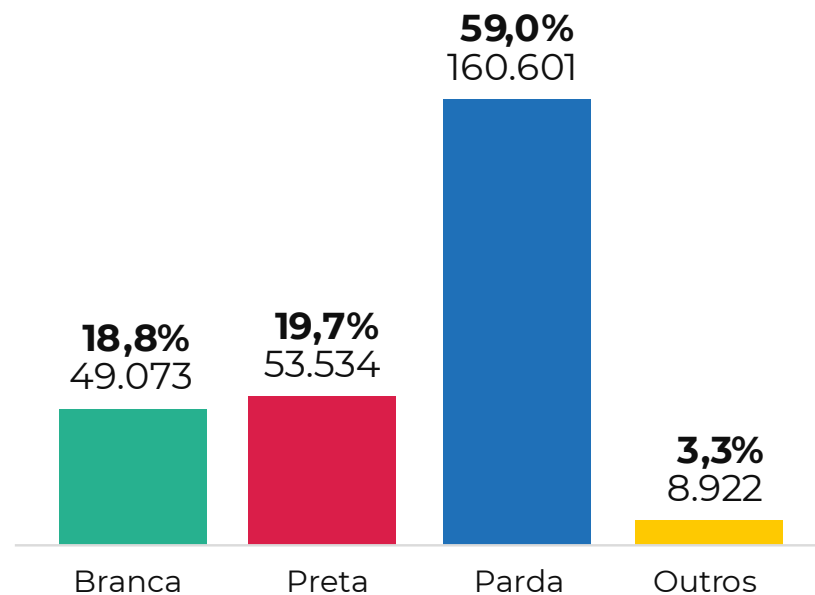
4.4 É expressivo o número de meninas que abandonou a escola pública

Impressiona o resultado de que mais de 272 mil meninas não estudavam. Isso corresponde a 8,2% das matrículas de meninas do ensino médio da rede pública (ver gráfico 29). Considerando que cerca da metade concluiu o terceiro ano em 2020, ainda temos mais de 130 mil meninas que abandonaram os estudos.

Dentre as razões alegadas para o abandono escolar, podem ser mencionadas a necessidade de trabalhar, a falta de recursos, a falta de tempo, a avaliação negativa do ensino remoto e a gravidez.

Conforme pode ser observado no gráfico 29, verifica-se a existência de um poderoso mecanismo de exclusão racial operando nesse nível de ensino, uma vez que 78,7% das adolescentes do ensino médio da rede pública que não estudam são negras.

Gráfico 29. Total de meninas com idades entre 15 e 19 anos que não estavam cursando o ensino médio público, por raça/cor (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

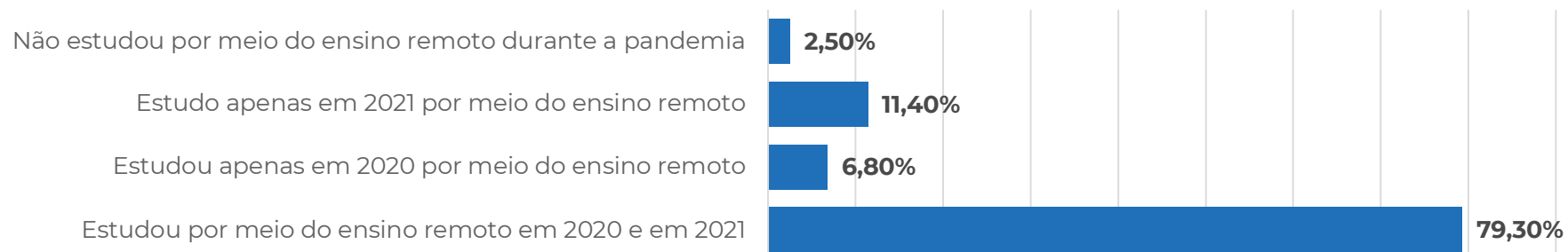
Note-se que a maior parte das estudantes não sabe se irá voltar a cursar o ensino médio. Um número menor pretende voltar por meio do sistema regular ou da educação de jovens e adultos (EJA).

4.5 A maioria das meninas teve acesso ao ensino remoto

A maioria das meninas da rede pública estudou remotamente durante toda a pandemia (79,3%). Note-se, contudo, que na rede privada o percentual é maior (88,4%), o que revela a discriminação entre os dois sistemas de ensino (ver gráfico 30). Entre as 20% que ficaram de fora, 7,3% estudaram somente em 2020 e 10,9% somente em 2021.

Um número pequeno de escolares (2,9%) informou que não estudou por meio do ensino remoto, provavelmente porque teve que trabalhar para ajudar a família. Estudos mais aprofundados se fazem necessários para que se possa entender melhor o que isso significa.

Gráfico 30. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e tiveram aulas por meio do ensino remoto (Brasil, 2020 e 2021)

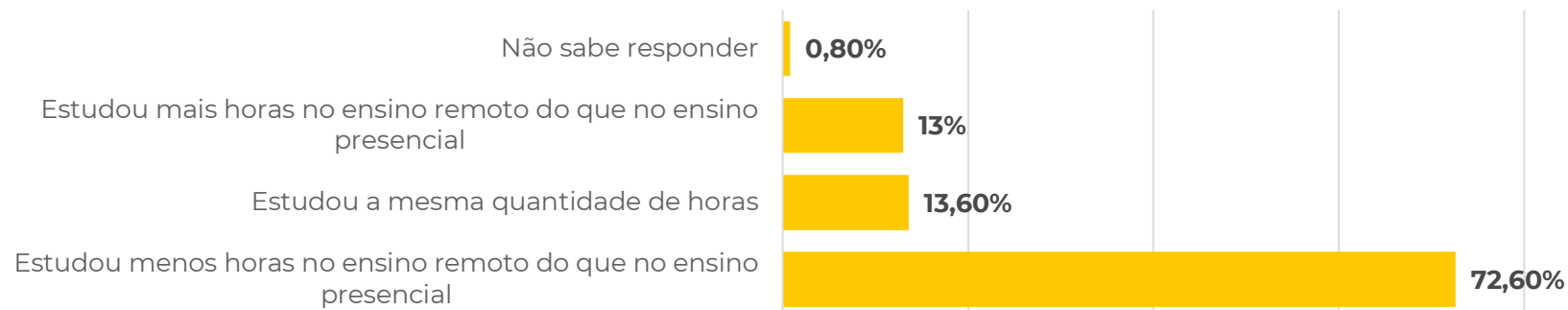


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.6 O número de horas de estudo é menor

A maioria absoluta das meninas estudou menos horas na modalidade virtual do que na modalidade presencial (72,6%) (ver gráfico 39). Na rede privada, esse percentual é menor (55,0%). As demais meninas do ensino público estudaram mais horas (13,0%) ou a mesma quantidade de horas (13,4%).

Gráfico 31. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública, por tempo médio de estudo remoto, em relação ao ensino presencial (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Em média, na rede pública, as meninas estudaram 3,33 horas por dia, valor bem menor do que o observado na rede privada, de 4,44 horas – 33% inferior –, o que confirma a discriminação entre os dois sistemas de ensino. A diferença média entre a rede pública e a privada é de cerca de uma hora a mais para as escolas privadas, o que – somado durante todo o período da pandemia – significa cerca de 200 horas a menos para alunas de escolas públicas ao longo dos 200 dias letivos obrigatórios.

4.7 Faltam equipamentos adequados

A maior parte das adolescentes que frequentaram o ensino médio da rede pública estudou durante a pandemia utilizando celular (86,9%), porque, no geral, não tinha computador (ver tabela 10). Sabe-se como é difícil acompanhar processos de aprendizagem em uma tela tão pequena por mais de três horas, o que certamente deve ter resultado em menor capacidade de assimilação dos conteúdos.

Tabela 10. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de equipamento utilizado durante o estudo à distância (Brasil, 2020 e 2021)

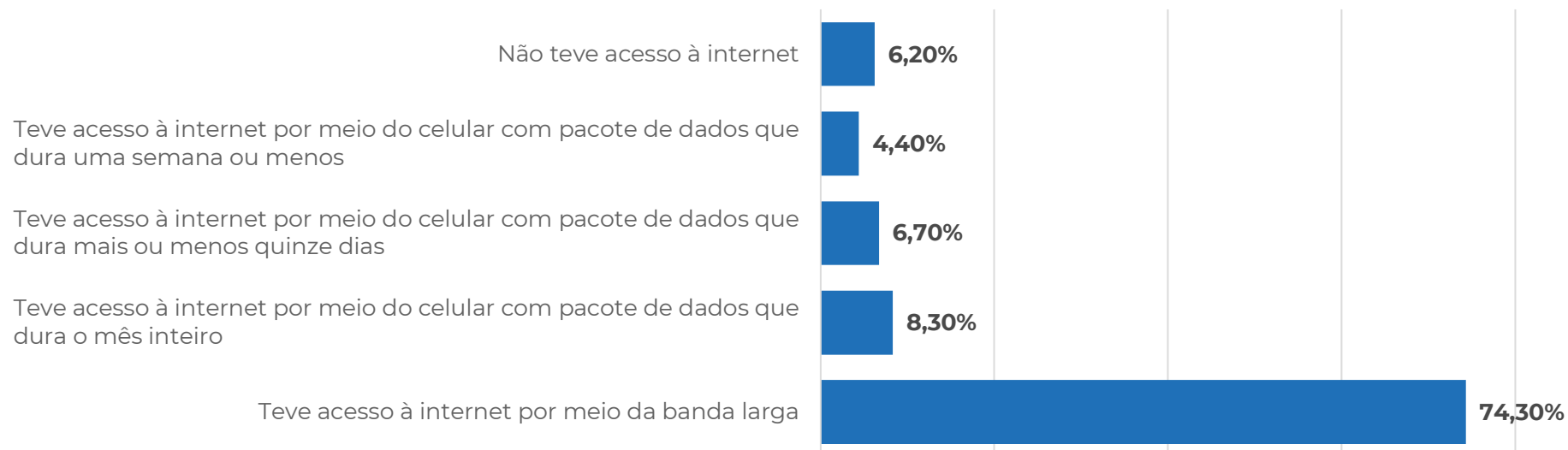
Tipo de equipamento	Compartilhamento dos equipamentos	%
Computador ou <i>laptop</i>	Uso exclusivo	20,8
	Uso compartilhado, mas não dificultou o estudo	13,0
	Uso compartilhado e dificultou o estudo	5,5
	Não têm equipamento	60,6
Celular ou <i>tablet</i>	Uso exclusivo	82,3
	Uso compartilhado, mas não dificultou o estudo	4,6
	Uso compartilhado e dificultou o estudo	7,3
	Não têm equipamento	5,0
Impressora	Têm	19,4
	Não têm	80,6

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Pouco menos de 5% (4,8%) das meninas informaram que não têm qualquer equipamento, computador, *tablet* ou celular. Provavelmente, conseguiram acompanhar alguma coisa por intermédio da televisão aberta, compartilhando equipamentos com amigos ou, ainda, tendo acesso a equipamentos nas escolas. Estudos mais aprofundados precisam ser realizados para se entender melhor essa situação. Destaque-se que, na rede privada, esse percentual é doze vezes menor: somente 0,4% das meninas informaram que não tinham qualquer equipamento para estudar remotamente.

A dificuldade aumenta, considerando-se que um quinto das meninas (19,4%) não tem acesso à banda larga e assiste às aulas no celular com um pacote de dados que, por vezes, só dura uma semana (4,4%) (ver gráfico 32).

Gráfico 32. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de acesso à internet (Brasil, 2020 e 2021)



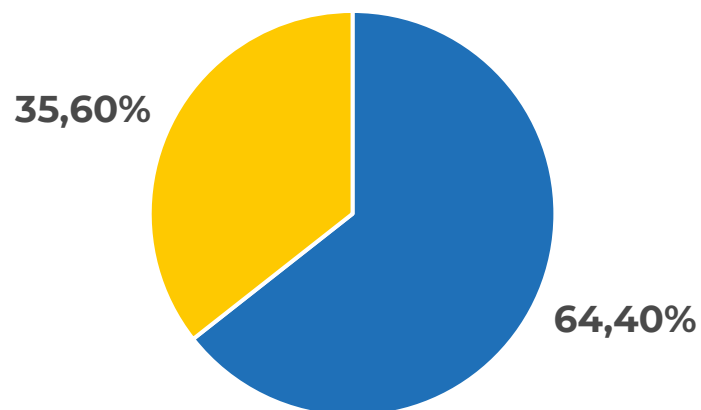
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A título de comparação, as estudantes do ensino médio da rede privada vivenciam outra realidade: 72,3% possuíam computador e 92,0% tinham acesso à banda larga.

4.8 As condições de estudo em casa não são as ideais

Cerca de dois terços das meninas da rede pública têm local adequado para estudar em suas residências (64,4%) (ver gráfico 33). Provavelmente por esse motivo, pouco mais da metade das estudantes do ensino médio da rede pública (51,9%) avalia que o ambiente de estudo em casa é bom ou muito bom (ver gráfico 34).

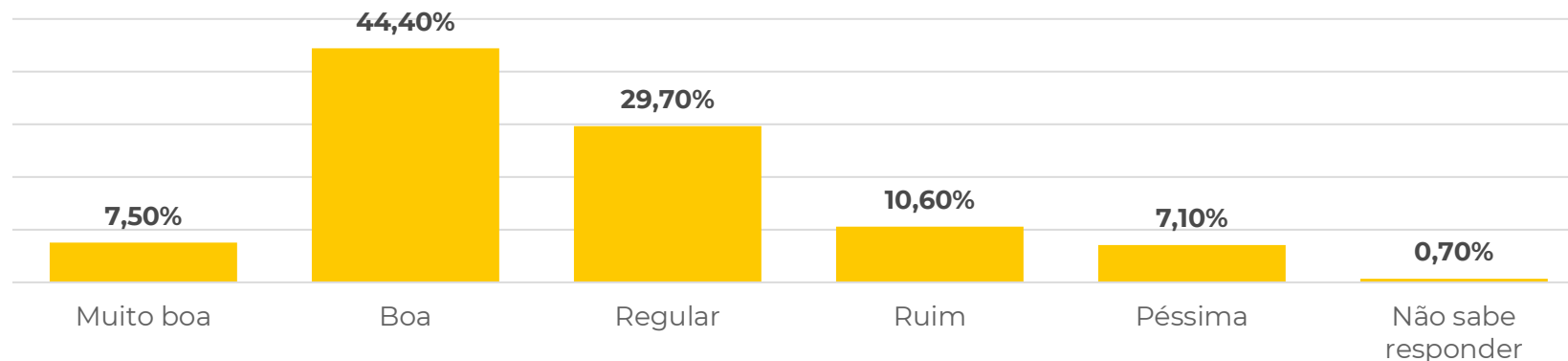
Gráfico 33. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de local de estudo em casa (Brasil, 2020 e 2021)



- Local adequado em casa para estudar remotamente
- Não tem local adequado em casa para estudar remotamente

Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Gráfico 34. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de avaliação das condições de estudar *on-line* em casa (Brasil, 2020 e 2021)



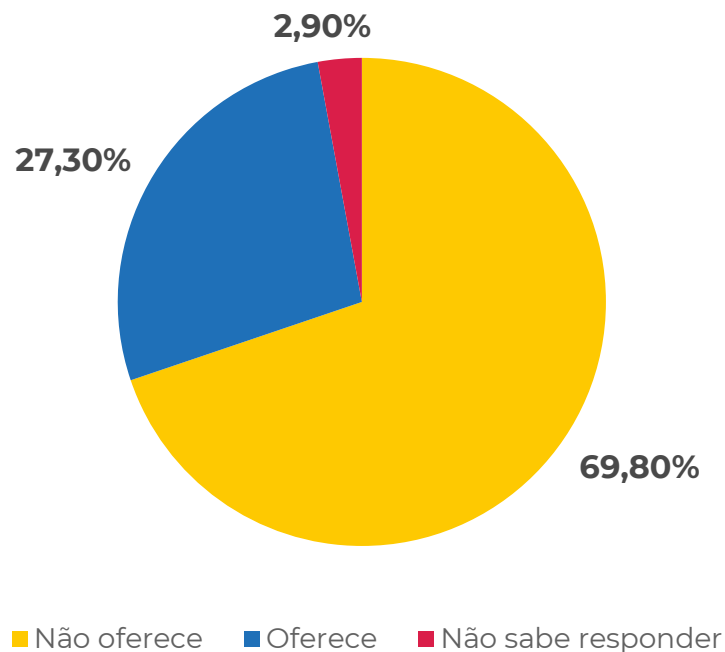
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Contudo, 35,6% das meninas declararam não ter local adequado para estudar em casa. Essa deve ser uma das razões para que 17,7% delas avaliassem como ruins ou péssimas as condições de estudo em casa.

4.9 O apoio da escola foi insuficiente

A absoluta maioria das meninas da rede pública (69,8%) declarou que a escola não ofereceu qualquer apoio para o ensino remoto, nem equipamentos de TI e nem pacotes de banco de dados (ver gráfico 35).

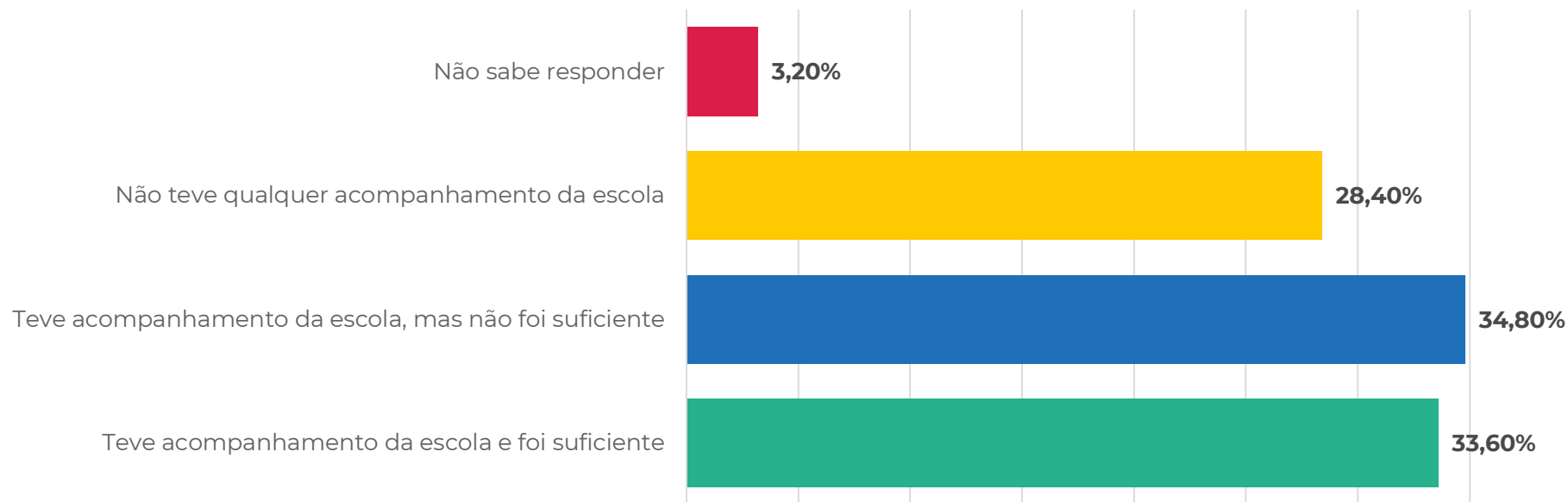
Gráfico 35. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de estrutura oferecida pela escola para o ensino remoto (salas com acesso à *internet*, computadores, câmeras de vídeo etc.) (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Esse resultado é corroborado por outra avaliação das meninas em relação ao acompanhamento das estudantes pela escola. Com efeito, apesar de pouco mais de dois terços delas (68,4%) declararem que os docentes monitoraram os trabalhos das estudantes durante as aulas *on-line*, um terço (34,8%) informou que o acompanhamento não foi satisfatório e cerca de um quarto (28,4%) informou que não teve qualquer acompanhamento da escola durante a pandemia (ver gráfico 36).

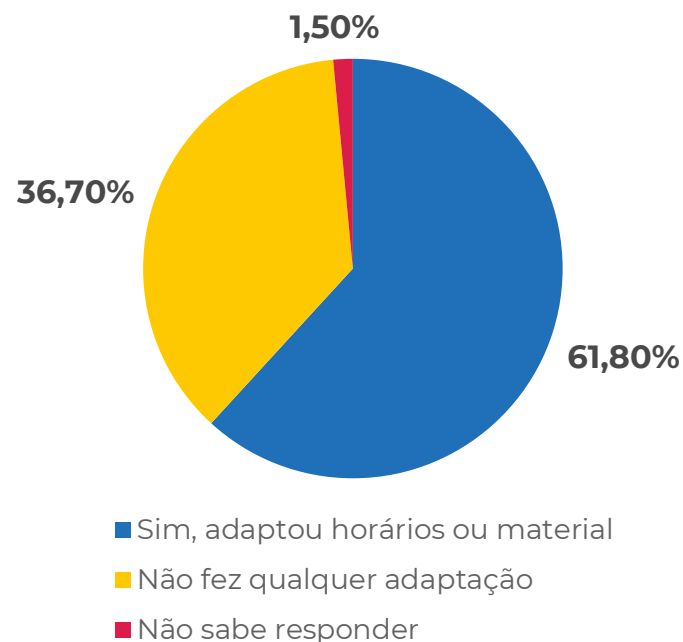
Gráfico 36. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de acompanhamento da escola (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

E mais: para 36,7% das meninas que cursaram o ensino médio da rede pública, a escola não fez qualquer adaptação à dinâmica do ensino remoto, adequando horários ou materiais, por exemplo (ver gráfico 37).

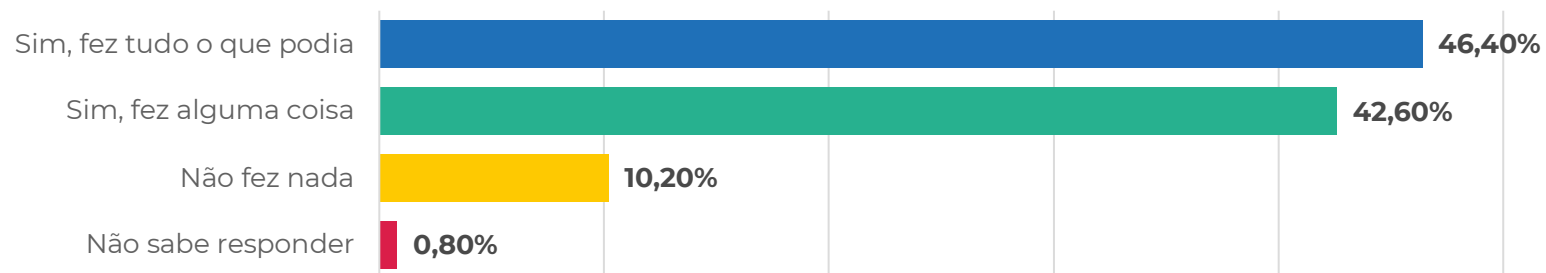
Gráfico 37. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de adaptação realizada pela escola para atender às necessidades das alunas para o ensino remoto (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

No geral, o sentimento em relação ao comportamento da escola é ambivalente: 46,4% das estudantes do ensino médio da rede pública disseram que a escola fez tudo o que podia para que os alunos continuassem estudando durante a pandemia; outras 42,6% disseram que o estabelecimento escolar fez alguma coisa (ver gráfico 38). No entanto, deixar a responsabilidade com as escolas e não com a rede pública e o poder central é peso demais para a parte mais frágil da engrenagem.

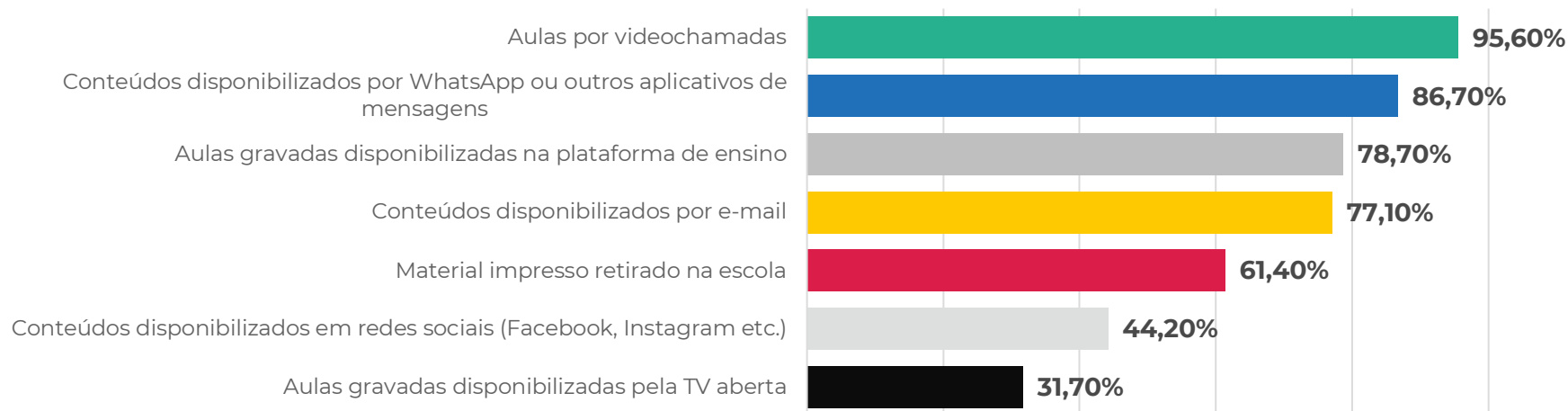
Gráfico 38. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de contribuição da escola para que os alunos continuassem estudando durante a pandemia (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

A escola forneceu diversos formatos para o ensino à distância – aulas por meio de videoconferência, aulas gravadas, material enviado por *e-mail* ou WhatsApp e até mesmo materiais impressos retirados na escola (ver gráfico 39).

Gráfico 39. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de formato de ensino disponibilizado pela escola para o acesso aos conteúdos (Brasil, 2020 e 2021)

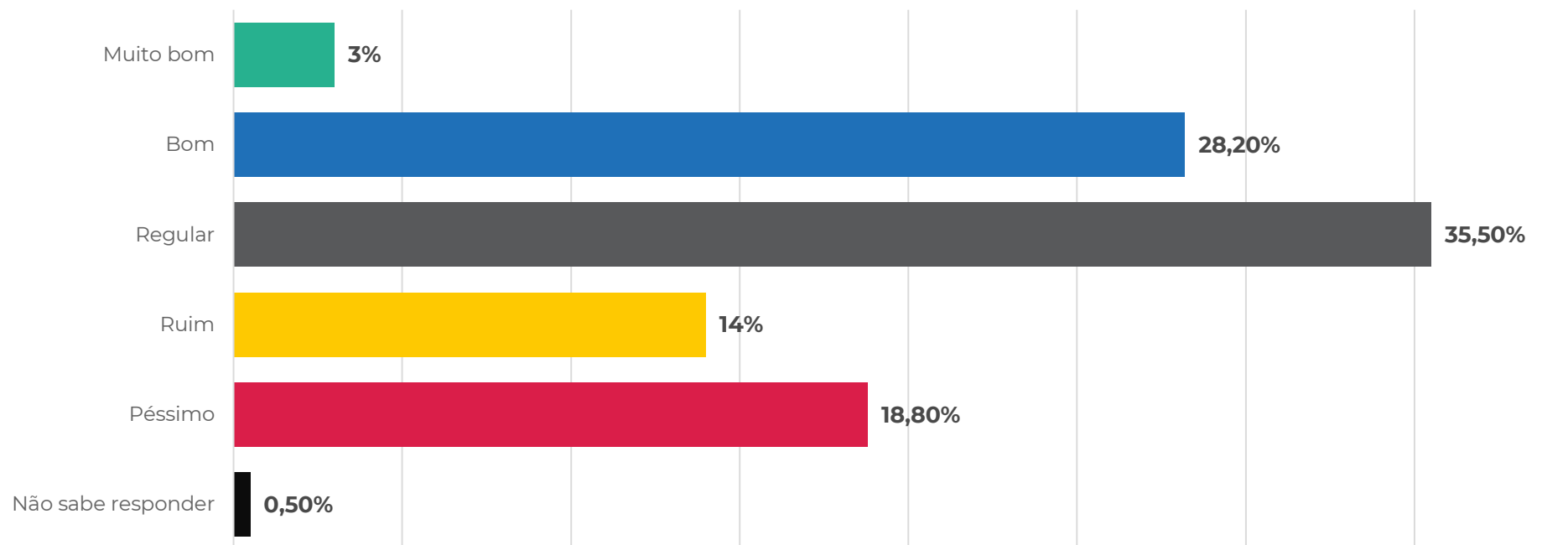


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

As limitações existentes para o ensino remoto (isto é: equipamento inadequado, acesso precário à *internet*, local de estudo em casa pouco adaptado, baixo apoio da escola) possibilitam que as meninas tenham sentimentos dúbios em relação à experiência com esse formato de ensino: um número bem pequeno avalia que foi “muito bom” (3,0%); um terço entende que foi “ótimo” ou “bom”; outro terço tem uma impressão de que foi “regular”; e, por fim, um terço avalia que foi “péssimo” ou “ruim” (ver gráfico 40). É provavelmente por essas razões que somente 20,0% das estudantes têm o entendimento de que o ensino *on-line* contribui para melhorar o desempenho do aluno (ver gráfico 41).

Assim, a maioria absoluta das meninas prefere as aulas presenciais, uma vez que 82,8% consideraram essa modalidade “muito melhor” e “melhor” do que o ensino remoto (ver gráfico 51).

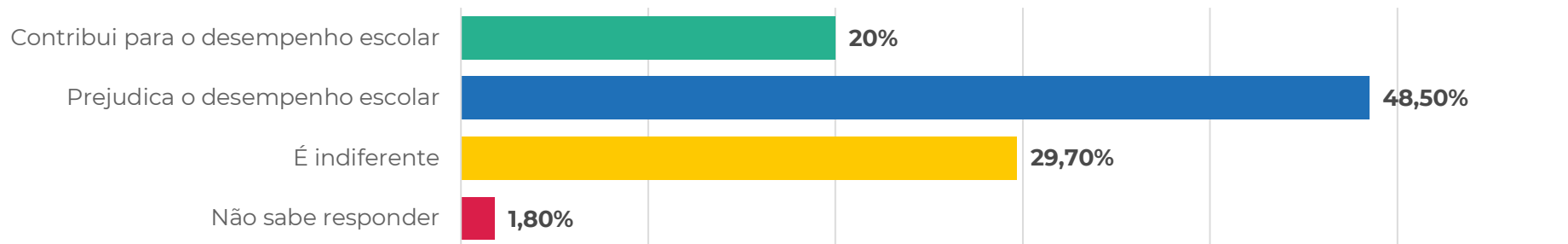
Gráfico 40. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de avaliação do ensino remoto (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Gráfico 41. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de avaliação do ensino remoto no desempenho escolar (Brasil, 2020 e 2021)

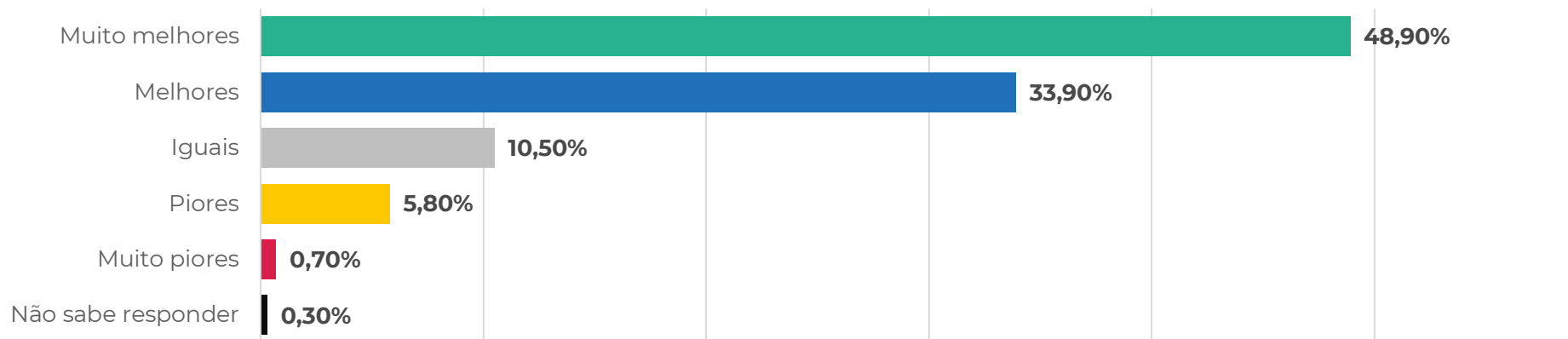
O ensino remoto contribui ou prejudica o desempenho de aluno?



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Gráfico 51. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de avaliação entre o ensino remoto e as aulas presenciais (Brasil, 2020 e 2021)

As aulas presenciais são melhores ou piores do que à distância?

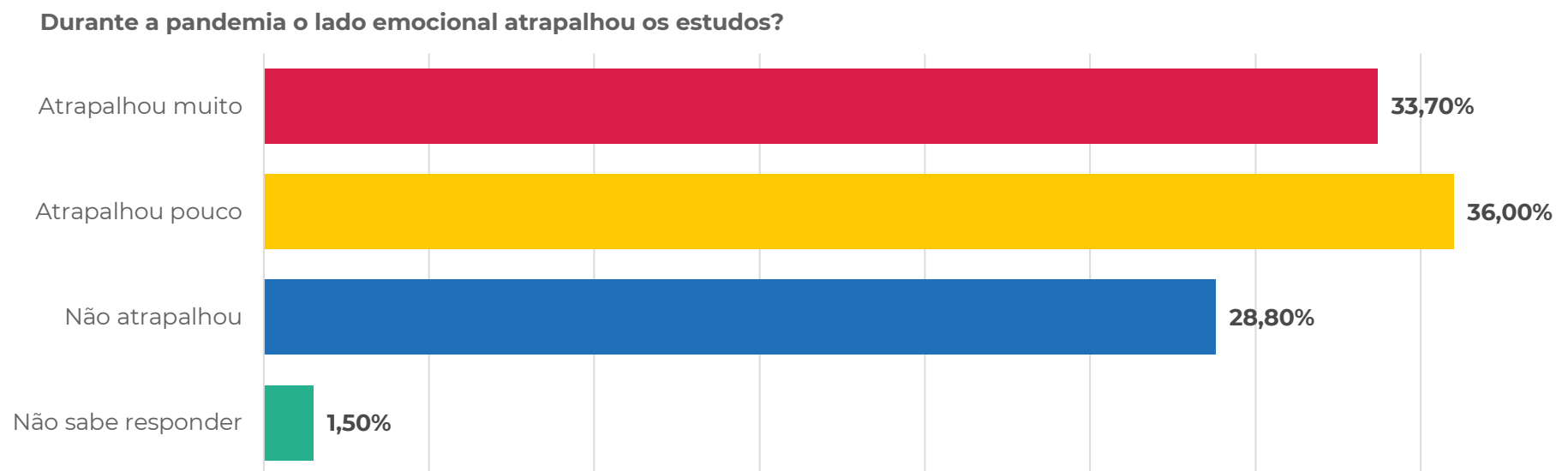


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.10 A dificuldade de lidar com as emoções

Pouco mais de dois terços das estudantes do ensino médio da rede pública declararam que, durante a pandemia, o impacto emocional atrapalhou de alguma forma o desempenho escolar. Isso foi mais forte para um terço das meninas, as quais informaram que as consequências da epidemia as impactaram de tal modo que afetaram profundamente seus estudos (ver gráfico 52). Efeito que, se for desconsiderado, agrava as condições de aproveitamento do processo de ensino/aprendizagem.

Gráfico 52. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos do ensino médio da rede pública por tipo de avaliação do impacto emocional nos estudos durante a pandemia (Brasil, 2020 e 2021)



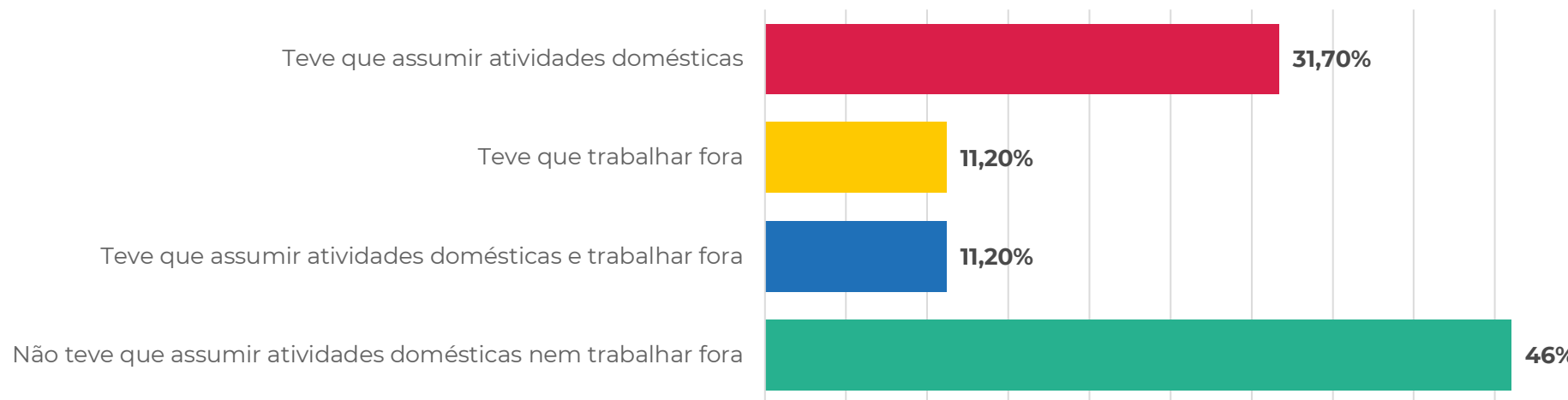
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.11 A necessidade de trabalhar para ajudar a família

Mais da metade das estudantes da rede pública (54%) teve que assumir tarefas domésticas ou trabalhar fora de casa para apoiar a família na crise econômica desencadeada pela crise sanitária (ver gráfico 53).

Gráfico 53. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de trabalho realizado durante a pandemia (Brasil, 2020 e 2021)

Durante a pandemia assumiu atividades domésticas ou teve que trabalhar fora para ajudar a família?

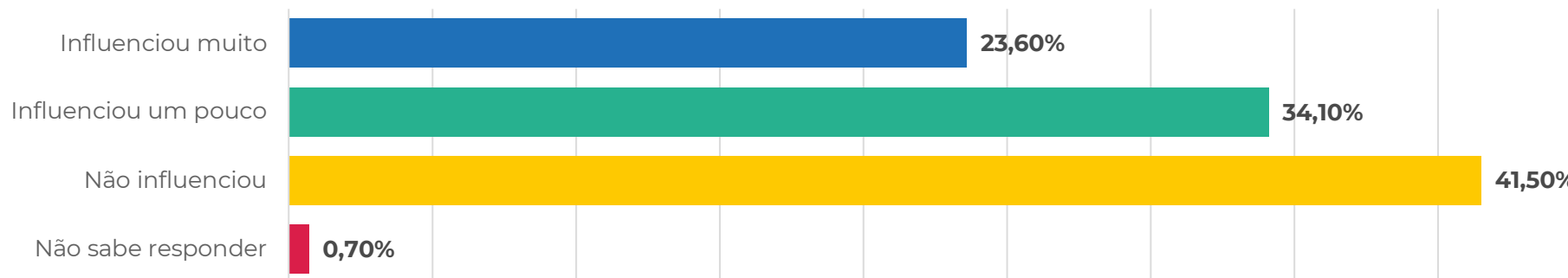


Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Como era de se esperar, a necessidade de trabalhar para apoiar a família impactou negativamente os estudos de mais da metade das estudantes. Para 23,6% delas, as consequências para o processo de aprendizagem foram muito negativas (ver gráfico 54).

Gráfico 54. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de avaliação do impacto das atividades laborais no processo de aprendizagem (Brasil, 2020 e 2021)

O fato de ter assumido atividades laborais durante a pandemia influenciou o processo de aprendizagem?



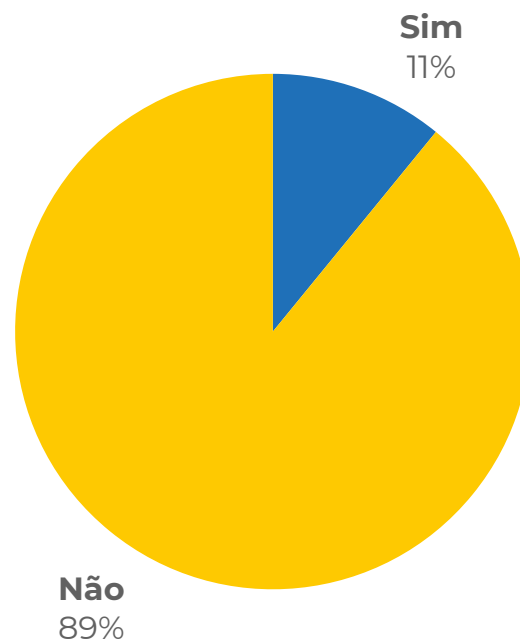
Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.12 A ausência de atividades complementares

Durante a pandemia, a maior parte das meninas não teve acesso a atividades de esporte, lazer ou cultura (75,3%), o que era de se esperar, pois a determinação legal era a de não promover aglomerações para evitar a contaminação por Covid-19. No entanto, nem mesmo à distância, reinventando formas de fazer, foi possível a esse grupo de meninas ter acesso a atividades extras (ver gráfico 55).

Contudo, é digna de nota a proporção elevada de estudantes do ensino médio da rede pública que informaram que a escola não promoveu atividades extras durante a pandemia (89,1%). Esse dado corrobora a avaliação geral de que as redes educacionais fizeram pouco para se adaptar à nova realidade imposta pela pandemia, uma vez que buscaram somente assegurar o mínimo em termos de conteúdo.

Gráfico 55. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública por tipo de realização de atividade extra da escola durante a pandemia (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

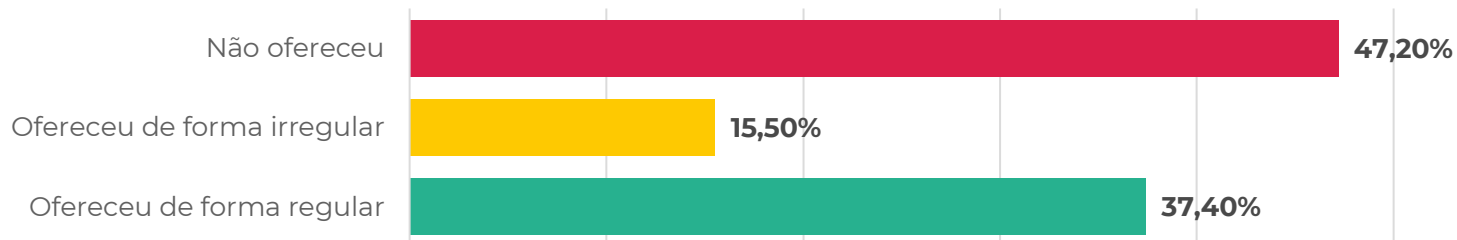
4.13 A falta da alimentação escolar

Cerca da metade das meninas (47,2%) deixou de ser beneficiada com alimentação escolar durante a pandemia, o que é particularmente dramático em um momento no qual o País convive com mais de 19 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave; 15,5% receberam o benefício de forma irregular e somente 37,4% foram contempladas com a merenda de maneira regular (ver gráfico 56).

É mais uma evidência de que os poderes públicos falharam na adaptação às circunstâncias da pandemia, abandonando as estudantes à sua própria sorte.

Gráfico 56. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos do ensino médio da rede pública que foram beneficiadas com alimentação escolar (Brasil, 2020 e 2021)

O governo ou a escola disponibilizou produtos de alimentação ou recurso financeiros como forma de compensar a falta da merenda escolar?



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

4.14 O medo de pegar Covid-19 na volta às aulas presenciais

Ainda que grande parte das meninas tenha preferência pelo ensino presencial, no geral, elas têm medo de se contaminar quando forem voltar a frequentar a escola (69,6%). É importante destacar que, no mês de julho de 2021, quando a pesquisa foi realizada, o Brasil contava com mais de 500 mil mortes em decorrência da Covid-19 e menos de 20% da população estava totalmente vacinada.

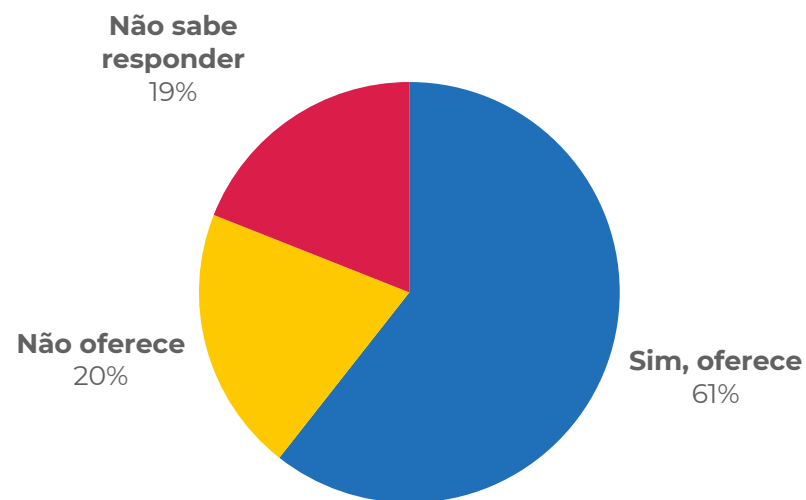
Gráfico 57. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e tinham medo de se contaminar com Covid-19 na volta às aulas presenciais (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

Mas elas reconhecem que, no geral, a escola oferece insumos para se prevenir contra a Covid-19 (ver gráfico 58). Note-se que 19% das estudantes não sabem se a escola provê proteção contra o vírus da Sars-Cov-2, o que revela a enorme distância que existe entre determinados equipamentos escolares e seus alunos. E, dada a realidade brasileira, as escolas periféricas, rurais, indígenas e quilombolas estão em situação precária e não foram reformadas para a retomada das aulas presenciais.

Gráfico 58. Proporção de meninas com idades entre 15 e 19 anos que estavam cursando o ensino médio da rede pública e avaliam que a escola oferece insumos para a prevenção contra a Covid-19 (Brasil, 2020 e 2021)



Fonte: Inesc e Vox Populi (elaboração própria).

5. CONCLUSÕES

A pesquisa revelou que há diferenças de experiências e de percepções entre estudantes das redes pública e privada. Embora a maioria dos estudantes (mais de 80%) de ambas as redes tenha estudado por meio do ensino remoto nos últimos dois anos (2020/2021), a experiência e as condições para o estudo são bem distintas entre tais segmentos.

- A maioria afirma que estuda menos no ensino remoto; contudo, essa percepção é mais presente entre estudantes do ensino público – 75% compartilham dessa opinião. Já entre alunos da rede privada, 58% afirmam que estudam menos e 26% afirmam que não há diferença entre presencial e remoto. A média de horas de estudo varia cerca de uma hora entre os dois públicos: 3,18 horas entre estudantes do ensino público e 4,29 horas entre os do privado. Apesar de muitas e muitos afirmarem que participam das atividades, são os alunos das escolas privadas que enfatizam essa assiduidade (55% afirmam que participaram da maioria das atividades, contra 30% da escola pública).
- No que concerne às condições das residências para o ensino remoto, metade dos jovens que estudam em escolas públicas possui apenas o celular para acompanhar o ensino *on-line*; cerca de 75% têm acesso à banda larga, enquanto o restante depende do banco de dados do celular, que não necessariamente dura o mês todo. Quanto a ter um espaço para estudo, observa-se que 2/3 afirmam ter um espaço bom ou adequado para tal finalidade, enquanto 1/3 afirma que sua casa não possui tal comodidade.
- Para esse público, nem a escola possui condições adequadas para o ensino à distância (68%), nem o poder público colaborou neste sentido (metade afirma que não recebeu qualquer ajuda – nem equipamentos eletrônicos, nem banco de dados para celular ou mesmo orientação sobre onde tirar dúvidas). A maioria (cerca de 2/3) afirma que a escola até se esforçou para fazer adaptações de horários e/ou material para o ensino remoto, porém o acompanhamento escolar ficou aquém do desejado. Assim, apesar de reconhecerem que as escolas se esforçaram, as opiniões se dividem equilibradamente: parte acredita que as escolas fizeram tudo o que podiam para oferecer um bom ensino; parte acredita que as escolas podiam ter se esforçado mais.
- As respostas dos alunos das escolas privadas vão na contramão desse cenário: a maioria (mais de 80%) tem computador e celular de uso exclusivo, acesso à *internet* de banda larga e um espaço adequado para estudo. A maioria considera que as escolas privadas onde eles estudam oferecem boas condições para aulas *on-line*, buscaram se adequar à nova realidade e ofereceram um bom acompanhamento escolar. Ou seja, a maioria acredita que suas escolas fizeram tudo o que podiam para oferecer uma boa qualidade de ensino.
- Os estudantes das redes pública e privada tiveram acesso a uma multiplicidade de formatos para o ensino à distância – videoconferências, aulas gravadas, material enviado por *e-mail* ou WhatsApp e mesmo materiais impressos (as escolas

públicas principalmente). A preferência pelo formato está condicionada às condições de vida e estudo: os alunos das escolas privadas têm preferência por videoconferências (58%), enquanto os alunos das escolas públicas, além desse formato, gostam das aulas gravadas, da entrega de material impresso ou enviado por meio eletrônico (WhatsApp, *e-mail* etc.).

- Podemos dizer que a qualidade do ensino remoto é considerada mediana (entre bom e regular para a maioria dos adolescentes). Porém, os alunos das escolas públicas tendem a ser mais críticos – aproximadamente 1/3 considera “ruim” ou “péssimo” e, para cerca de metade dos entrevistados, o ensino remoto prejudica o desempenho. Os que estudam em escolas privadas se dividem equilibradamente entre aqueles que acreditam que o ensino *on-line* contribui e quem acha que prejudica os alunos. A falta de apoio para tirar dúvidas, a qualidade do material e/ou das aulas e o distanciamento de professores e colegas são motivos consensuais de crítica.
- Ao compararmos o ensino remoto ao presencial, as opiniões entre os estudantes das redes privada e pública se aproximam: o ensino presencial é considerado “ótimo” e “melhor” quando comparado ao *on-line*. Em função do período de coleta de dados (julho de 2021), o ensino presencial ainda não tinha voltado completamente na maioria das regiões brasileiras, especialmente nas escolas públicas (16% estavam tendo aulas, contra 43% dos alunos de escolas privadas).
- O medo da Covid-19 existe para a maioria, em qualquer segmento: 2/3 dos alunos de escolas públicas e da rede privada afirmam ter medo de ficar doentes ou ter Covid com a volta às aulas presenciais. Contudo, a maioria deseja voltar às aulas e acredita (ou tem a esperança de) que as escolas e o poder público vão oferecer boas condições de infraestrutura e insumos para o retorno seguro.
- Por último, ressaltamos o impacto da questão emocional nos estudos: independentemente da rede de ensino, mais da metade dos jovens afirma que o impacto emocional (ansiedade, estresse, tédio etc.) atrapalhou seus estudos. Também impactou suas vidas pessoais e sociais, especialmente as dos alunos das escolas públicas: metade teve de assumir tarefas domésticas ou procurar um emprego para ajudar a família e mais de 2/3 não tiveram acesso a atividades sociais (esporte, lazer ou cultura).

Com relação aos dados por região, verificamos que:

- adolescentes do ensino público das Regiões Sul e Sudeste têm uma situação um pouco mais confortável do que aqueles que residem nas Regiões Nordeste e Norte principalmente, onde a vulnerabilidade econômica e social é maior.

Com relação ao gênero nesta etapa do ensino, podemos dizer que:

- por gênero, a percepção e o comportamento primam mais pela semelhança do que pela diferença, especialmente no que diz respeito à avaliação do ensino remoto ou das condições de estudo (relacionadas mais às questões econômicas e regionais);
- no entanto, quando falamos de atividades domésticas, vimos que são as adolescentes que: (a) mais assumiram tarefas domésticas; (b) menos tiveram atividade social durante a pandemia; (c) ressaltam que seus estudos foram afetados pelo impacto emocional; e (d) se sentem mais inseguras em relação à Covid-19, entre outros fatores.

Ao longo da pesquisa, quando as questões vão se somando, percebe-se que as iniquidades também se somam. As desigualdades são visíveis mesmo entre estudantes da mesma rede. Especialmente as desigualdades raciais, que são as mais evidentes ao longo da análise dos dados.

Há mais adolescentes negras e negros na rede pública do que na rede privada. Constata-se, também, maior número de estudantes que precisaram abandonar a escola na rede pública. E isso é mais grave entre as meninas, que tiveram de assumir outras atividades em casa ou trabalho fora, juntamente com as atividades escolares.

Foi também entre as meninas que as questões emocionais pesaram mais, atrapalhando os estudos, provavelmente pela maior carga de trabalho, somadas ao maior risco de sofrerem violências domésticas, dado que permaneceram mais tempo em casa com a pandemia.

As residências dos estudantes da rede pública têm menos espaços dedicados aos estudos ou menos espaços de qualidade, visto que são mais pessoas por residência, muitas vezes em situação precária.

Houve um maior número de horas-aula na rede privada: cerca de uma hora a mais por dia. Os estudantes das escolas privadas também tinham uma maior diversidade de equipamentos e mais qualidade de *internet*. Na rede pública, a maioria estudou por celular, nem sempre próprio, com *internet* provida, em boa medida, por dados móveis que não duravam o mês todo.

A Região Norte, de maneira geral, apresentou piores condições para o ensino remoto, seja com relação à *internet*, seja no tocante às formas disponibilizadas para as aulas, seja pela falta de equipamentos para os estudantes em suas casas. A zona rural também tem piores resultados em relação à zona urbana.

Uma vez agrupados todos os achados da pesquisa, percebe-se nitidamente que a pandemia, de fato, apenas aprofundou o quadro que já existia, de inúmeras desigualdades que se somam e criam um quadro triste de distanciamento entre pessoas brancas e pretas, ricas e pobres, meninos e meninas.

Tem-se uma realidade cruel, bastante agravada pela atual política praticada pelos governantes de plantão, o que demonstra que os próximos anos serão de muita luta para a recuperação da política pública de educação, que já precisava ser aperfeiçoada. Lutava-se por uma educação de qualidade, mas deram-se passos largos para trás. Resta ao Brasil retomar a caminhada; no entanto, antes, tem-se de brigar por um novo governo.

ANEXO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada pela Vox Populi e o trabalho de campo foi efetuado entre os dias 8 e 29 de julho de 2021.

Amostra probabilística de domicílios:

- Foram realizadas, face a face, **2.003** entrevistas, sendo **1.485** com jovens entre 15 e 19 anos que estudam ou estudaram em escolas da rede pública e **518** entrevistas com jovens entre 15 e 19 anos que estudam ou estudaram em escolas da rede privada.
- As entrevistas foram distribuídas proporcionalmente entre as cinco regiões do País.
- O intervalo de confiança estimado é de **95%** e a margem de erro máxima estimada é de **2,5** pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados nas amostras da rede pública e **4,3** pontos percentuais para as amostras da rede privada.
- O plano amostral considerou amostragem autoponderada de conglomerados. Neste tipo de amostragem, não é necessária a aplicação de pesos amostrais para a realização de análises. A amostra autoponderada reproduz as proporções de todos os grupos de interesse da população, não havendo a necessidade de corrigir eventuais desproporcionalidades. A amostra considerou três estágios:
 - ✓ 1º estágio: seleção probabilística dos municípios pelo método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando como base o número de habitantes de cada município;
 - ✓ 2º estágio: seleção aleatória dos setores censitários do IBGE;
 - ✓ 3º estágio: seleção dos domicílios – foram entrevistados, em média, oito domicílios por setor censitário selecionado.
- As entrevistas foram realizadas em **94** municípios de todas as grandes regiões do Brasil. Ao todo, os entrevistadores percorreram **202** setores censitários.
- Foram abordados **4.494 domicílios**, sendo que em **2.111** deles não havia jovens entre 15 e 19 anos (47% das abordagens); em **248** havia, mas estavam fora do perfil (5%); em **50** residências, os jovens não aceitaram ser entrevistados (1%); e **82** domicílios estavam vazios (2%).
- A abordagem para a explicação da pesquisa e para a seleção do entrevistado foi feita da seguinte forma:

- ✓ Ao chegar ao domicílio, o entrevistador pedia para falar com um dos responsáveis pela família, explicava os objetivos da pesquisa e perguntava se havia algum jovem entre 15 e 19 anos na residência. Em caso afirmativo, dava-se prosseguimento à entrevista. Caso contrário (não havia ninguém na faixa etária), o domicílio era substituído.
- ✓ Ao se conversar com o responsável, era feita uma triagem de pessoas, perguntando-se quantos moradores havia na casa e quantos deles estavam na faixa etária de interesse (15 a 19 anos). Registravam-se, então, tais moradores. Em seguida, para cada um deles eram indagadas questões sobre: sexo, idade, se está estudando atualmente (em caso afirmativo, que ano escolar está cursando; em caso negativo, qual foi o último ano que cursou na escola) e, por fim, a ocupação atual.
- ✓ Quando havia alguém da faixa etária de interesse (entre 15 e 19 anos) que estivesse cursando o ensino médio ou que estava cursando, mas abandonou em 2020 (ou no ano anterior), pedia-se para conversar com o jovem em questão. Quando havia mais de um jovem nessa situação, a entrevista era feita com quem estivesse mais disponível no momento e que melhor se adequava à sua cota de dados sobre sexo e rede escolar.
- ✓ Caso nenhum dos jovens estivesse cursando o ensino médio (ainda estava cursando ou parou de estudar no ensino fundamental ou já estava cursando o ensino superior), o domicílio era substituído.

Questionário:

Perfil do responsável pelo domicílio

- Sexo.
- Idade.
- Escolaridade.
- Renda familiar.

Perfil do/da jovem de 15 a 19 anos

- Número total de pessoas que moram no domicílio.
- Número de jovens de 15 a 19 anos que moram no domicílio.
- Perfil do jovem: sexo, idade, raça/cor, ocupação.
- Para os jovens que estão estudando em 2021, em qual série se encontram e se a escola é pública ou privada.
- Para os jovens que não estão estudando em 2021, qual foi a última série que completaram, em que ano, por quais motivos pararam de estudar, se a escola procurou saber por que pararam de estudar, se pensam em voltar a estudar.

Perguntas para os jovens de 15 a 19 anos que estavam estudando em 2021 e cursando o ensino médio ou não estavam estudando atualmente, mas estavam cursando o ensino médio quando pararam em 2020 ou 2021

- Em 2021, você teve aulas *on-line*, estudou pelo ensino remoto?
- E em 2020, você teve aulas *on-line*, estudou pelo ensino remoto?

- Atualmente, quantas horas por dia, em média, você fica ou ficava estudando pelo ensino remoto/*on-line*?
- Na sua opinião, comparado com o ensino presencial, no ensino remoto o aluno estuda mais horas por dia, estuda menos horas por dia ou é igual (mesmo tempo de estudo)?
- O Estado ou a sua escola forneceu a você algumas das condições de acesso a plataformas virtuais de ensino?
- A escola onde você estuda ou estudava oferece alguma estrutura para o ensino à distância/*on-line*, ou seja, salas com acesso à *internet*, computadores, câmeras de vídeo na sala de aula etc., ou não tem esse tipo de estrutura?
- Qual ou quais formatos de ensino a escola onde você estuda (ou estudava) disponibilizou para o acesso ao conteúdo das matérias/aulas *on-line*?
- A escola onde você estuda ou estudava realiza acompanhamento educacional/suporte para os alunos estudarem pelo ensino remoto/*on-line* ou não?
- Na sua opinião, o acompanhamento dado pela escola é suficiente para tirar suas dúvidas quanto à matéria e aos conteúdos ou não é suficiente?
- A escola onde você estuda ou estudava fez alguma adaptação seja no horário das aulas ou no formato dos conteúdos disponibilizados para atender às necessidades dos alunos?
- A sua escola ofereceu algum outro tipo de suporte para o ensino remoto? Se sim, qual?
- Na sua opinião, a escola onde você estuda fez tudo o que podia para que jovens como você continuassem estudando durante a pandemia? Fez alguma coisa, mas podia ter feito mais? Ou não fez nada para que jovens como você continuassem estudando?
- Pensando nas aulas/atividades disponibilizadas no ensino remoto, de uma maneira geral, você diria que assistiu: 1 – à maioria das aulas ou atividades *on-line* disponibilizadas; 2 – a boa parte das aulas ou atividades *on-line*; 3 – a poucas ou à menor parte das aulas ou atividades *on-line*; 4 – a nenhuma aula ou atividade *on-line*.
- De uma maneira geral, como você avalia o ensino remoto obrigatório? Você diria que, para você estudar *on-line*, é muito bom, bom, regular, ruim ou péssimo?
- Por que você tem essa opinião sobre o ensino remoto?
- Na sua opinião, o ensino remoto contribui para um bom desempenho dos alunos, prejudica ou você é indiferente a ele?
- Durante a pandemia, a sua parte emocional (ou seja, sentir medo, ansiedade, estresse, tédio etc.) tem atrapalhado (ou atrapalhou) os seus estudos ou não? Se sim, tem atrapalhado muito ou tem atrapalhado um pouco?
- Qual é o seu acesso a equipamentos, compartilhados ou não?
- Na sua residência, você tem acesso à *internet* para estudar ou não? Seu acesso à *internet* é feito pelo celular ou você tem acesso a ela por banda larga, cabo, fibra ótica etc.?
- Pensando no período de um mês, você diria que o seu pacote de dados do celular dura o mês inteiro, dura cerca de 15 dias, cerca de uma semana ou menos? Quanto tempo dura seu pacote de banco de dados?
- Em sua residência, você tem um local adequado para estudar *on-line*, ou seja, tem um quarto/sala/espço com móveis (mesa/cadeira) para estudar, silencioso, sem circulação de pessoas etc., ou não?
- De uma maneira geral, você diria que as condições para você estudar pelo ensino remoto/*on-line* em sua residência são muito boas, boas, regulares, ruins ou péssimas?

- Durante o período da pandemia, você teve que assumir atividades domésticas ou trabalhar fora para ajudar a família?
- Na sua opinião, o fato de ter assumido outras tarefas durante a pandemia influenciou muito, um pouco ou não influenciou no seu processo de aprendizagem?
- De uma maneira geral, como você avalia o ensino presencial? Você diria que, para você estudar *on-line*, é muito bom, bom, regular, ruim ou péssimo?
- Que comparação você faz entre o ensino presencial e o ensino remoto?
- Pensando na volta das aulas presenciais, você diria que tem medo de pegar e/ou contaminar alguém da sua família com Covid-19 ou não tem medo?
- Na escola onde você estuda ou estudava já estão sendo dadas aulas ou atividades presenciais? (Se sim). Você tem ido às aulas/atividades presenciais?
- Gostaria que você avaliasse as condições da escola onde estuda ou estudava em relação a alguns itens que são importantes para a prevenção contra a Covid-19.
- Pelo que você sabe ou ouve falar, a escola onde você estuda (ou estudava) oferece insumos (como álcool em gel, máscaras, luvas etc.) para professores e alunos para a prevenção contra a Covid-19 ou não?
- Na sua opinião, o poder público (estado/prefeituras) tem dado apoio e oferecido condições adequadas às escolas e aos alunos para a volta das aulas presenciais ou não tem dado apoio?
- Você aprova ou desaprova o retorno às aulas presenciais neste momento da pandemia?
- Durante a pandemia, você teve acesso a opções de esporte, lazer ou cultura?
- Durante a pandemia, você fez algum curso extra, além das atividades da escola? O governo ou sua escola disponibilizou para você ou sua família produtos de alimentação ou recursos para a compra de alimentos referentes à alimentação escolar?
- (Se sim). Essa ajuda para a alimentação familiar foi fornecida de maneira regular?

